



COMÍCIO DE AMIZADE PCP-DKP

INTERVENÇÕES DE:

Herbert Mies
Presidente do Partido Comunista Alemão (DKP)

Alvaro Cunhal
Secretário-Geral do Partido Comunista Português

PALÁCIO DE CRISTAL
16 Julho / 6.ª feira / 21.30 h.

Desde ontem que se encontra em Portugal uma delegação do Partido Comunista Alemão (DKP), dirigida pelo respectivo presidente, camarada Herbert Mies.

No decorrer da estadia em Portugal, realizada a convite do CC do PCP, e para além de conversações entre delegações do PCP e do DKP, os camaradas da RFA tomarão contacto com diversos aspectos da realidade portuguesa e da acividade do PCP e participarão num comício de Amizade PCP/DKP, amanhã, às 21 e 30, no Palácio de Cristal do Porto, em que discursarão Álvaro Cunhal e Herbert Mies.

Delegação do PCP visita Cabo Verde

Reforçar as relações entre os partidos contribuir para aprofundar a amizade entre Portugal e Cabo Verde

Pág. 3

CORRUPÇÃO ILEGALIDADES PREPOTÊNCIA

O fascismo no Governo Civil do Porto:
um comunicado da DORP do PCP - Pág. 6



HOJE

às 7 horas

frente ao Palácio de S. Bento

MANIFESTAÇÃO

em defesa do regime democrático constitucional
pela demissão do governo «AD»
contra a degradação das condições de vida do povo

Pág. 5

A continuação do processo de revisão constitucional na Assembleia da República, ao mesmo tempo que confirma a existência de acordos entre o PS/Mário Soares e a «AD» que põem gravemente em perigo o regime democrático, demonstra o agravamento das contradições entre a direita e os seus aliados e a importância da luta de massas na defesa do Portugal de Abril. Os conflitos em torno dos artigos sobre o Conselho da Revolução constituíram episódios dos mais esclarecedores não apenas quanto aos intuitos golpistas da «AD», como também quanto à justeza das posições do PCP. Pág. 3

Suplemento / 



- Torre de Belém: foi mesmo construída para defesa da barra do Tejo?
- Grândola: uma «muralla» no litoral
- Transquei: um país que não vem no mapa
- Banca: trabalhadores a um lado, gestão do outro?
- A revisão da Constituição e a estrutura económica
- Planeamento territorial e urbano
- O cinema americano diz «não» aos negros
- Coreia: a divisão de um povo e a política do imperialismo



LÍBANO

Pág. 8

SEMANA

7 Quarta-feira

Um requerimento do PCP na Assembleia da República faz adiar a votação do artigo da Constituição que extingue o Conselho da Revolução ■ Beneficiando da amnistia papel, é libertada a militante do PPM Fernanda Fráguas ■ Delegações da Confederação Nacional da Agricultura e da Associação Industrial do Porto são recebidas pelo PR para debate de questões sobre a economia portuguesa ■ Calvo Sotelo demite-se da presidência da UCD, propondo a sua substituição por Landelino Lavilla, presidente do Congresso de deputados espanhol ■ Sionistas lançam sobre Beirute ocidentais bombas de ióforo e de fragmentação, apesar da sua utilização estar internacionalmente proibida ■ O Vietnam anuncia que retirará ainda este mês uma parte substancial das tropas que mantém no Kampuchea ■ O Partido Social-Democrata britânico defende a abolição da Câmara dos Lordes e a sua substituição por uma Câmara de eleitos da Escócia e do País de Gales.

8 Quinta-feira

O Supremo Tribunal de Justiça Militar confirma as sentenças relativas ao processo de homicídio do general Humberto Delgado ■ É adiada a Conferência de Solidariedade com os Estados da Linha da Frente para Janeiro de 1983 ■ Eurico de Melo e Cavaco e Silva divulgam uma carta em que convidam Balsemão a demitir-se e reconhecem a perda de influência da «AD» ■ O PS decide adiar a interpelação ao Governo sobre as relações luso-espanholas, para não interromper os trabalhos da revisão constitucional ■ O presidente soviético Leonid Brejnev avisa os EUA de que a URSS organizará a sua política em função da anunciada intenção norte-americana de enviar tropas para o Líbano ■ O chefe de Estado da Guiné-Bissau anuncia a descoberta de uma conspiração contra a segurança do Estado e a prisão de três personalidades políticas.

9 Sexta-feira

Pinto Balsemão afirma, à saída de uma reunião com o PR, não atribuir «importância excessiva» à carta aberta dos seus críticos e considera que tem legitimidade para continuar a sua acção à frente do Governo ■ Os trabalhadores do Jardim Zoológico chegam a acordo salarial com a administração e desconvocam a greve marcada para o fim-de-semana; a primeira greve do Zoo, em toda a sua história, foi no passado dia 2 ■ Médicos sírios acusam Israel de utilizar brinquedos armadilhados na guerra do Líbano, que já provocaram a morte a várias crianças ■ Começa em Viena uma reunião dos países exportadores de petróleo ■ A Nicarágua denuncia que nos últimos meses foram detectadas 139 violações do seu espaço aéreo por aviões norte-americanos.

10 Sábado

A União de Sindicatos do Porto anuncia a realização de uma série de medidas preparatórias da jornada de dia 15, junto à Assembleia da República, contra o Governo «AD» e por melhores condições de vida ■ O Conselho Nacional do PPM reúne em Lisboa para discutir a estratégia a seguir em relação às próximas eleições autárquicas ■ Salgado Zenha apela em Braga, onde foi homenageado, para que ninguém saia do PS «por mais injustos que sejam os ataques» de que por vezes são alvo os socialistas ■ Mário Soares afirma à sua chegada a Lisboa depois de uma viagem ao Médio Oriente, que a crise libanesa poderá ser superada pelo «duplo reconhecimento de Israel e da Palestina», entretanto a Confederação Internacional dos Sindicatos Árabes e a Confederação Mundial dos Sindicatos exige em Paris o fim do genocídio no Líbano ■ A Sessão Especial das Nações Unidas continua reunida sem conseguir chegar a consenso sobre o controlo de armas nucleares.

11 Domingo

Terminam em Vila Franca as festas do Colete Encarnado; a assinalar o 50.º aniversário dos festejos é inaugurado um monumento ao campo ■ O secretário-geral do PCP, Álvaro Cunhal, defende na Cidade da Praia o reforço das relações com África ■ A Angop revela que dois membros do órgão máximo do Movimento de Libertação de São Tomé e Príncipe pediram a sua demissão do partido ■ Os ministros da OPEP decidiram suspender os trabalhos da sua reunião sem chegarem a acordo nem sobre os preços do petróleo nem sobre a distribuição da sua produção ■ Um soldado americano, provavelmente embriagado, provoca o pânico numa cidade da RFA ao atravessar as ruas com um carro de assalto, destruindo vários carros e ferindo algumas pessoas.

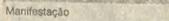
12 Segunda-feira

Estruturas sindicais de Lisboa e Setúbal emitem um comunicado à população alertando para que «defender o regime democrático-constitucional passa hoje pelo afastamento da AD da área do poder» e apelando à participação na manifestação de dia 15 ■ Ângelo Correia inaugura em Maia o novo edifício da Câmara, numa cerimónia em que os eleitos não puderam falar e que decorreu à porta fechada; a população não gostou e o acto acabou com apupos e palavras de ordem contra o governo AD ■ O Governo ameaça despedir trabalhadores da ANOP, no âmbito do que considera «terapêutica de fundo» para a agência noticiosa ■ O ministro da Defesa soviético acusa os Estados Unidos de desejarem a superioridade «em todos os domínios da actividade militar» ■ Em Jerusalém, 50 estudantes palestinos são presos pela polícia sionista; enquanto prosseguem os combates em Beirute, a repressão aumenta nos territórios ocupados.

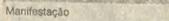
13 Terça-feira

Desacordos entre o PS e a AD levam a adiar mais uma vez a votação do diploma que extingue o Conselho da Revolução; os problemas estão na aprovação de uma disposição transitória que evite um vazio constitucional até à criação dos organismos que devem substituir o CR ■ Os vereadores do PS e da AD na Amadora opõem-se à visita do Presidente da República ao conselho, invocando argumentos políticos ■ Os ferroviários britânicos em greve podem ser despedidos se não voltarem ao trabalho, ameaçaram os administradores da British Rail ■ Os países africanos das Nações Unidas pedem medidas de apoio aos mineiros negros da África do Sul, vítimas de feroz repressão por reivindicarem aumentos de salários ■ O secretário de Estado norte-americano George Shultz declara que é preciso encontrar uma solução urgente para o Médio Oriente e «ter em conta as necessidades legítimas e os problemas do povo palestino».

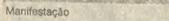
Manifestação



Manifestação



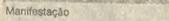
Manifestação



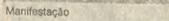
Manifestação



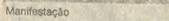
Manifestação



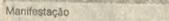
Manifestação



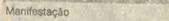
Manifestação



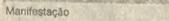
Manifestação



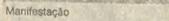
Manifestação



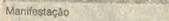
Manifestação



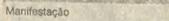
Manifestação



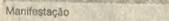
Manifestação



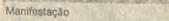
Manifestação



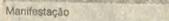
Manifestação



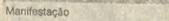
Manifestação



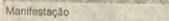
Manifestação



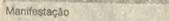
Manifestação



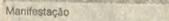
Manifestação



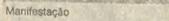
Manifestação



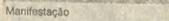
Manifestação



Manifestação



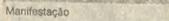
Manifestação



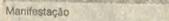
Manifestação



Manifestação



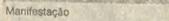
Manifestação



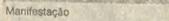
Manifestação



Manifestação



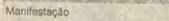
Manifestação



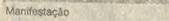
Manifestação



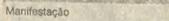
Manifestação



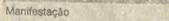
Manifestação



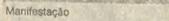
Manifestação



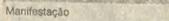
Manifestação



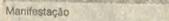
Manifestação



Manifestação



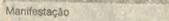
Manifestação



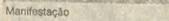
Manifestação



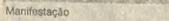
Manifestação



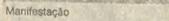
Manifestação



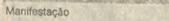
Manifestação



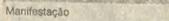
Manifestação



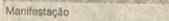
Manifestação



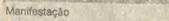
Manifestação



Manifestação



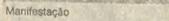
Manifestação



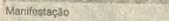
Manifestação



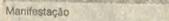
Manifestação



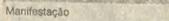
Manifestação



Manifestação



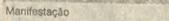
Manifestação



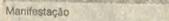
Manifestação



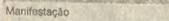
Manifestação



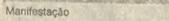
Manifestação



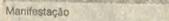
Manifestação



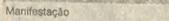
Manifestação



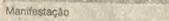
Manifestação



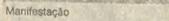
Manifestação



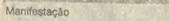
Manifestação



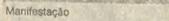
Manifestação



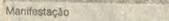
Manifestação



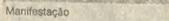
Manifestação



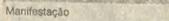
Manifestação



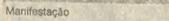
Manifestação



Manifestação



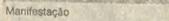
Manifestação



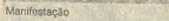
Manifestação



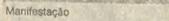
Manifestação



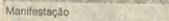
Manifestação



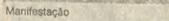
Manifestação



Manifestação



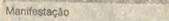
Manifestação



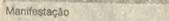
Manifestação



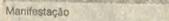
Manifestação



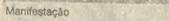
Manifestação



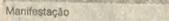
Manifestação



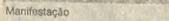
Manifestação



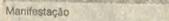
Manifestação



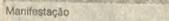
Manifestação



Manifestação



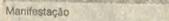
Manifestação



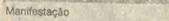
Manifestação



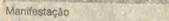
Manifestação



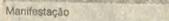
Manifestação



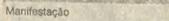
Manifestação



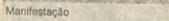
Manifestação



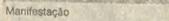
Manifestação



Manifestação



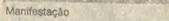
Manifestação



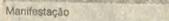
Manifestação



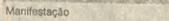
Manifestação



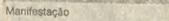
Manifestação



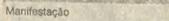
Manifestação



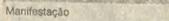
Manifestação



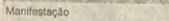
Manifestação



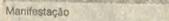
Manifestação



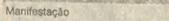
Manifestação



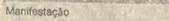
Manifestação



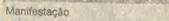
Manifestação



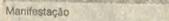
Manifestação



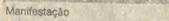
Manifestação



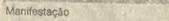
Manifestação



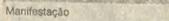
Manifestação



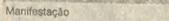
Manifestação



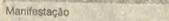
Manifestação



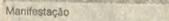
Manifestação



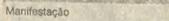
Manifestação



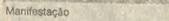
Manifestação



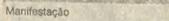
Manifestação



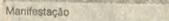
Manifestação



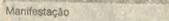
Manifestação



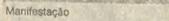
Manifestação



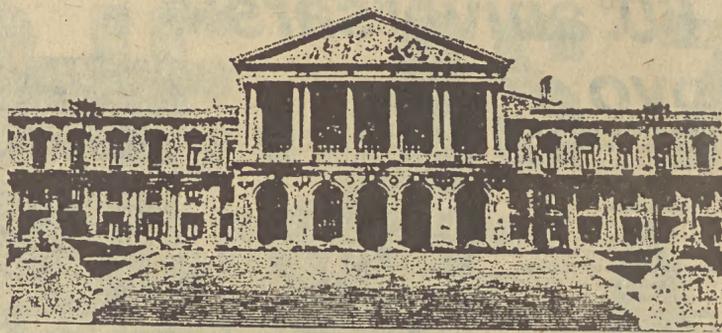
Manifestação



Manifestação



Assembleia da República



Mais tréguas para a 'AD'

"Vale a pena não dar as coisas por consumadas", afirmava Vital Moreira na declaração que antecedeu a sessão na Assembleia da República em nome do Grupo Parlamentar do PCP.

Em causa estava a discussão (que não houve) sobre a extinção do Conselho da Revolução; em evidência a força da razão que sempre presidiu aos argumentos do PCP avançados sobre a matéria e que, haja o que houver, conduziram a algo muito nítido na sessão da última terça-feira: o recuo das posições do PS e a divisão da coligação reaccionária da "AD".

A sessão teve a sua pequena história, ela mesmo a melhor ilustração do que atrás ficou dito. Começou com sucessivos adiamentos a pedido do PS, UEDS, PPM, PPD/PSD e ASDI; como se de repente esmorecesse o interesse (bem vivo da parte da direita) em discutir o assunto...

Perto das vinte horas — e a sessão terminava às 21 — Manuel Alegre surgiu, enfático, a justificar o pedido de adiamento dos trabalhos para as 15 horas do dia seguinte. Razões: o PS, sendo embora favorável à extinção do CR, esbarrava no "bloqueamento" das negociações. Sem explicitar quem bloqueava quem, pedia um adiamento que apontava para uma primeira colação: o recuo do PS no seu alinhamento incondicional com a "AD". Até ver...

Vital Moreira poria o dedo na ferida ao congratular-se pelo facto de parecer que "nem tudo está perdido nesta matéria", sublinhando que se provava mais uma vez que vale sempre a pena lutar: afinal os acordos PS/"AD" citados na imprensa não estavam em muito bons lençóis. Almeida Santos, do PS protesta, negando a existência de acordos (!); Sousa Tavares, do PPD/PSD, vem também à liça começando por negar a existência de acordos, para depois falar deles e terminar, no meio de alguma hilaridade da Câmara, na procura de uma solução intermédia para tamanha confusão, qualquer coisa como "solução com defeitos"... O PPM resolve igualmente "desconhecer" quaisquer acordos e o PS, pela voz de Nunes de Almeida, acabaria por explicitar que rejeitava qualquer hiato no cessar de funções do Conselho da Revolução.

Uma das questões fulcrais, no fim de contas, por que se tem batido o PCP. Mais uma vez se provava a justiça das posições comunistas e a importância da argumentação fundamentada com que tenazmente o PCP tem intervido na discussão da revisão constitucional. Haja o que houver, o PCP mostrou na prática que a razão tem muita força. E que vale sempre a pena lutar.

O Partido Socialista — ou pelo menos quem o dirige — parece continuar apostado a entregar à "AD" todos os trunfos de que esta necessita para se eternizar no poder. Depois de, há dias, se ter absteúdo na votação da lei sobre eleições para as autarquias, que contém disposições descaradamente antidemocráticas e que favorecem a direita, o PS continua, em matéria de revisão constitucional, a dar à coligação reaccionária meios para vir a deter avanços fundamentais no poder político.

Por vezes a direcção socialista chega a advogar as alterações propostas ao texto constitucional que constituem o ponto nevrálgico do debate da revisão, deixando a "AD" descansada, sem necessidade de produzir quaisquer argumentos.

Não se pode, porém, afirmar que o discurso socialista ao tentar explicar as razões da cedência à "AD" ou ao defender-se das acusações dos comunistas ou, ainda, ao rejeitar os seus apelos, constitui verdadeira argumentação a favor das propostas de alteração que provém da Comissão eventual na base do acordo PS/"AD".

Tanto na questão da extinção do Conselho da Revolução como na questão das chefias militares, retirando ao PR os poderes que possuía, o PS estorçou-se por desviar o problema de fundo — que é a defesa da democracia —, lançando sobre o PCP ataques descalçados. Após ter lido passagens do discurso do secretário-geral do PCP, Álvaro Cunhal, de "Avante!" na mão, o deputado socialista Jaime Gama acusou o PCP de ter uma "concepção miguelista da História", de estar "sujeito aos ditames da União Soviética", de "utilizar práticas antidemocráticas", de não querer a unidade da esquerda.

O destempero de Jaime Gama

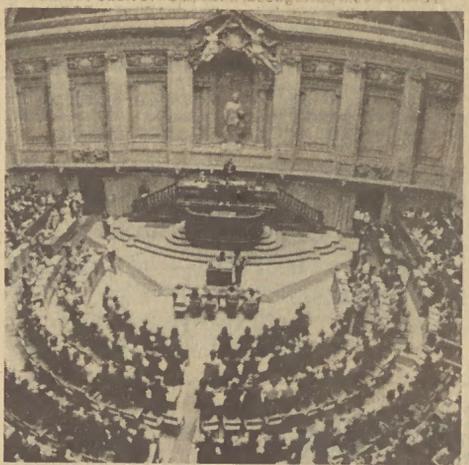
O rol de acusações de Jaime Gama foi extenso. Mas não argumentativo. Pois, ao afirmar que os comunistas estavam a pensar na revisão

da Constituição «em termos conjunturais» não conseguiu provar que a solução do PS — apoiada pela "AD" — era boa e servia, nas condições actuais, a democracia portuguesa. Entregar ao Governo — e neste caso ao Governo da "AD" — a possibilidade de influir determinadamente na nomeação das chefias militares, não parecia, para os dirigentes do PS, perigoso. E Sousa Tavares tentava ajudar, dizendo que a democracia era um estado de espírito, que era preciso ter confiança...

O discurso de Gama — discurso «do fígado», como lhe chamou Vital Moreira — não teria convencido as próprias bancadas, pois que, como também o deputado comunista observou, «não conseguiu compensar o défice de aplausos da sua bancada» em relação aos aplausos que a direita lhe dispensou.

Veiga de Oliveira perguntaria ao dirigente do PS por respostas claras às questões que colocara durante os seus pedidos de esclarecimento: «É ou não verdade que Salazar instrumentalizou as Forças Armadas a partir do Governo?». Jaime Gama, porém, demonstrou que não trazia argumentos. Consigo trouxe apenas o destempero verbal e as acusações.

As críticas que o PCP diri-



ge à direcção do PS têm vindo dia a dia a sua justeza. Ainda há pouco tempo perguntava Carlos Brito que garantias dava a "AD" aos socialistas de que, extinto o Conselho da Revolução, finda a revisão no que toca aos poderes do PR, não haveria depois férias para todos e se acabaria a pressa. Nessa altura PS e "AD" mostraram-se ofendidos. Agora, porém, um semanário vem revelar o teor de um acordo entre o PS e o PSD que, a pretexto de conseguir-se que não venha a verificar-se um «hiato institucional» com o vazio deixado pela extinção do CR, criando os órgãos que o substituirão nas suas funções, vai produzir um novo calendário de revisão. Esta não estará concluída senão a partir de meados de Novembro...

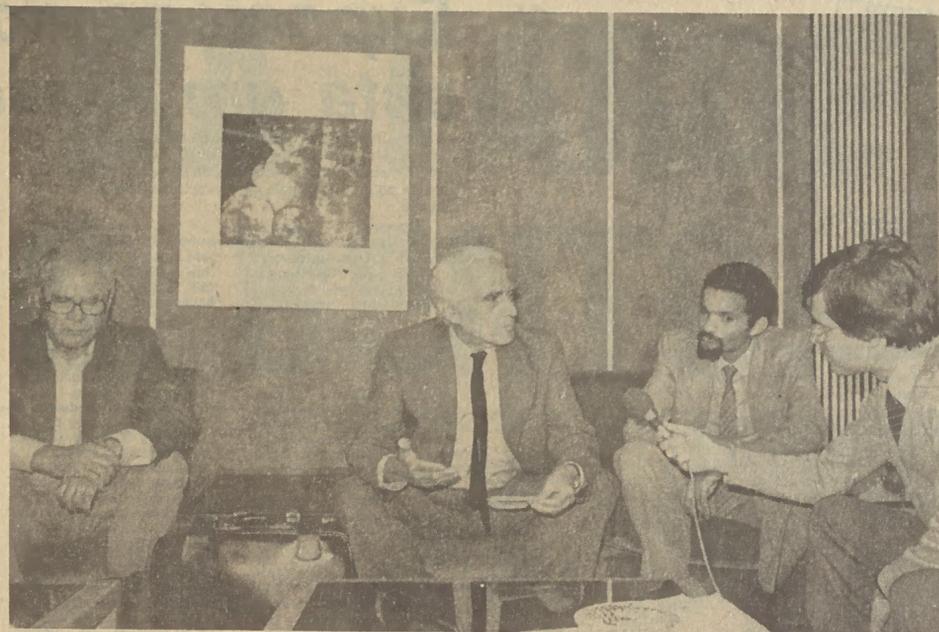
Lá se vai por água abaixo mais uma ameaça do secretário-geral do PS e dos seus colegas na direcção socialista. Mário Soares brandia o dedo: «É preciso demitir o Governo e dissolver a Assembleia», dizia há pouco, «mas só depois da revisão estar concluída». Agora acaba de dar mais uns meses de tréguas a Balsemão. Ou à "AD" sem Balsemão. Talvez pretenda que as eleições para as autarquias sejam feitas durante a vigência da "AD". Para garantir o quê?

Recebidos no aeroporto de Lisboa por Corsino Tolentino, embaixador de Cabo Verde, e pelos camaradas Sérgio Vilarigues, membro da Comissão Política e do Secretariado do Comité Central, e Albano Nunes do CC, Álvaro Cunhal e Joaquim Gomes tiveram um encontro com os jornalistas. O secretário-geral do PCP referiu-se à pormenorizadamente à visita que acabara de fazer à República de Cabo Verde, a convite do PAICV, que considerou um «partido de lutadores», com o qual o PCP mantém relações de amizade desde a luta contra o fascismo e a conquista da liberdade.

A visita inscreveu-se na linha do reforço dessas relações que não constituem «um desejo — friso». São uma realidade da nossa vida, da nossa actividade».

Os complexos problemas que o povo cabo-verdiano e o PAICV têm para resolver

PCP



Álvaro Cunhal, secretário-geral do PCP, falando aos jornalistas, no regresso da visita a Cabo Verde. À sua direita, Joaquim Gomes, membro do Secretariado e da Comissão Política do CC; e à sua esquerda, o embaixador de Cabo Verde em Lisboa.

Delegação do PCP visita Cabo Verde

No termo de uma viagem de três dias a Cabo Verde os camaradas Álvaro Cunhal, secretário-geral do Partido, e Joaquim Gomes, membro da Comissão Política e do Secretariado do Comité Central, chegaram segunda-feira ao fim da tarde a Lisboa. Após várias visitas e encontros, designadamente com Aristides Pereira e Pedro Pires, secretário-geral e secretário-geral adjunto do PAICV, a delegação do PCP assinou um comunicado conjunto que publicamos nesta edição.

Recebidos no aeroporto de Lisboa por Corsino Tolentino, embaixador de Cabo Verde, e pelos camaradas Sérgio Vilarigues, membro da Comissão Política e do Secretariado do Comité Central, e Albano Nunes do CC, Álvaro Cunhal e Joaquim Gomes tiveram um encontro com os jornalistas. O secretário-geral do PCP referiu-se à pormenorizadamente à visita que acabara de fazer à República de Cabo Verde, a convite do PAICV, que considerou um «partido de lutadores», com o qual o PCP mantém relações de amizade desde a luta contra o fascismo e a conquista da liberdade.

A visita inscreveu-se na linha do reforço dessas relações que não constituem «um desejo — friso». São uma realidade da nossa vida, da nossa actividade».

Os complexos problemas que o povo cabo-verdiano e o PAICV têm para resolver

na sua terra de prolongadas secas e os progressos já feitos no sentido de encontrar as melhores soluções foram postos em destaque pelo camarada Álvaro Cunhal que salientou o particular interesse da viagem. Citando os contactos com dirigentes nacionais e regionais do PAICV, o secretário-geral do PCP fez apreciações muito positivas à vontade do povo cabo-verdiano e dos seus dirigentes em vencer as dificuldades com que deparam naturalmente.

Álvaro Cunhal e Joaquim Gomes estiveram na Praia e em São Vicente. Visitaram o centro experimental agrícola de São Jorge dos Órgãos, onde se realiza um trabalho produtivo que dará resultados a médio prazo. Visitaram a Cooperativa Boa Entrada, onde se realiza a diversificação experimental de culturas. Estiveram ainda no mercado de Santa Catarina. As impressões foram muito favoráveis em todos esses locais.

Em São Vicente, os camaradas visitaram uma fábrica de confecções com cerca de 100 trabalhadores e salientaram a boa qualidade dos produtos fabricados, parte dos quais para o mercado interno, outra parte para exportações.

Ainda em São Vicente, tiveram a oportunidade de visitar a estação de abastecimento de água a partir da dessalinização, empreendimento de valor fundamental para a cidade.

A pretexto de comentários que entretanto surgiram na imprensa moçambicana designadamente acerca do papel de «cavalo de Tróia do neocolonialismo em África», atribuído pelo camarada Álvaro Cunhal ao Governo «AD», ficou claro novamente que essa apreciação se refere apenas ao actual Governo português, não tendo o mínimo carácter de ingerência em assuntos de outros países.

«Nós falamos de Portugal. Falamos do Governo e dos partidos que conhecemos em Portugal», disse o secre-

tário-geral do PCP que não fez quaisquer comentários a um jornal do Maputo, citado por um jornalista da RTP, mas referiu um matutino de Lisboa, órgão «oficial da AD», comparando a insistência com que esse jornal enaltece a sinceridade do Governo nas relações com os países africanos e o relevo que, no mesmo número, dá às notícias provocatórias acerca da situação em Moçambique e o apoio às actividades a partir da União Sul-Africana do chamado Movimento Nacional de Resistência, cuja próxima vitória prenuncia.

Comunicado conjunto PAICV-PCP

A convite do Partido Africano da Independência de Cabo Verde (PAICV), uma delegação do Partido Comunista Português, dirigida pelo seu Secretário-Geral, Álvaro Cunhal, visitou Cabo Verde, de 9 a 12 de Julho.

O Secretário-Geral do PCP, camarada Álvaro Cunhal foi recebido pelo Secretário-Geral do PAICV, camarada Aristides Pereira com quem manteve conversações sobre questões de interesse comum para os dois Partidos.

A delegação do PCP que também integrava o camarada Joaquim Gomes, membro da Comissão Política e do Secretariado do Comité Central, teve um encontro de trabalho com uma delegação do PAICV, dirigida pelo camarada Pedro Pires, Secretário-Geral-Adjunto e composta ainda pelos camaradas Olivio Pires, membro da Comissão Política e Joaquim Pedro da Silva, membro do Conselho Nacional, ambos Secretários do Conselho Nacional.

A delegação do PCP que visitou algumas realizações económicas, sociais e culturais em Santiago e S. Vicente, exprimiu a sua satisfação pelos avanços significativos alcançados em vários domínios pelo povo cabo-verdiano, sob a direcção do PAICV, na luta tenaz contra as sequelas do colonialismo e as consequências duma seca prolongada que vem assolando o país.

A delegação do PAICV expressou o seu apreço pelo papel desempenhado pelo PCP na instauração e consolidação da democracia em Portugal.

Durante as conversações as delegações procederam a uma ampla troca de pontos de vista sobre diversas questões ligadas quer à vida dos respectivos Partidos e Países quer à actualidade internacional.

As duas delegações analisaram o estado de relações entre os dois Partidos e acordaram aprofundar os laços tradicionais de amizade e solidariedade que os unem, reforçar as relações de cooperação entre os dois Partidos e promover o desenvolvimento das relações entre as Organizações de Massas dos dois países.

No que se refere às relações entre Portugal e Cabo Verde as duas delegações exprimiram o seu desejo de, através das relações entre os dois Partidos, contribuir para o aprofundamento das relações de cooperação bem como o reforço dos laços de amizade entre os povos portugueses e cabo-verdiano.

Quanto à situação internacional foi constatada uma identidade de pontos de vista sobre os diversos problemas da actualidade analisados.

Ambas as partes exprimiram a sua preocupação face ao agravamento da tensão no mundo e à proliferação de conflitos com tendência a internacionalizarem-se, ameaçando a segurança e a estabilidade internacionais.

Neste contexto as duas delegações congratularam-se pelos esforços actualmente levados a cabo para travar a corrida aos armamentos com vistas ao desarmamento nas relações internacionais, à cooperação entre os Estados e à realização do desarmamento geral e completo, que constitui um dos objectivos essenciais da comunidade internacional sob a égide das Nações Unidas.

As duas partes manifestaram ainda que a garantia para a paz duradoura no mundo reside no respeito pelas normas do direito internacional, especialmente no que se refere à soberania dos povos, à integridade territorial, à solução pacífica dos conflitos, à não ingerência nos assuntos internos e o direito à autodeterminação e independência dos povos.

Assim, as duas delegações condenaram energicamente a invasão criminosa do Líbano pelas tropas de Israel, exigiram a sua retirada imediata desse país soberano e apelaram à Comunidade Internacional para fazer tudo no sentido de travar a tentativa de desintegração duma Nação levada a cabo por Israel.

Reafirmaram a sua solidariedade incondicional para com os povos Árabes, Libaneses e Palestinos na sua luta heróica contra as tropas invasoras e reiteraram o seu apoio à OLP, único e legítimo representante do povo palestino.

Sobre a Namíbia as duas delegações reafirmaram o seu apoio à SWAPO como o único e legítimo representante do povo namibiano e exprimiram a sua solidariedade para com os países da Linha da Frente e condenaram as agressões constantes perpetradas pelas tropas do regime racista da África do Sul nomeadamente contra Angola, Moçambique e Zâmbia.

As duas delegações exprimiram ainda a sua firme vontade de ver o Continente Africano alcançar a paz e o progresso através do reforço da coesão e consolidação da Organização da Unidade Africana.

O PCP e o PAICV reiteraram finalmente a sua firme determinação em prosseguir os seus contactos nos interesses dos povos portugueses e cabo-verdiano.

Praia, 11 de Julho de 1982

Governo "pede autorização" para favorecer clientela eleitoral

O grupo parlamentar do PCP impugnou, na passada sexta-feira, a admissão da proposta do Governo que pretendia obter autorização legislativa para aprovar através de decreto-lei e em segredo de deliberações delimitando as actuações da Administração Central, Regional e Local em matéria de investimento. O resultado da impugnação era de esperar. A "AD" não ia deixar o Governo ficar descalço e apoiou-o rejeitando a impugnação dos comunistas.

Foi o deputado independente do PCP Anselmo Anibal quem adiantou as razões da impugnação:

Ao solicitar a autorização legislativa sobre matéria em relação à qual estão pendentes na Assembleia da República projectos de lei, o Governo "AD" viola um princípio fundamental nas relações Assembleia-Governo, comprovando uma vez mais que, para a "AD" não há quaisquer limites à prossecução dos seus planos de governamentalização e de redução da Assembleia da República-Governo, comprovando uma vez mais que, para a "AD" não há quaisquer limites à prossecução dos seus planos de governamentalização e de redução da Assembleia da República-Governo — afirmou Anselmo Anibal.

O deputado considerou que este pedido de autorização legislativa era uma solicitação aos deputados do Governo de um cheque em branco para legislar sobre variadas matérias que não foram objecto de qualquer análise em termos de comissão especializada desta Assembleia. O Go-

verno pretende, por todas as formas, fazer passar todo o pacote autárquico, ansioso como está por bloquear o desenvolvimento e o crescimento do Poder Local, poder que lhe escapa e que o desmorta. O Governo pretende por todas as formas ter à sua disposição instrumentos para dirigir o processo que vai conduzir às previstas eleições autárquicas, por forma claramente centralista e eleitoral. De facto — sublinhou Anselmo Anibal — no pacote de autorizações legislativas que temos presente e de que faz parte a proposta de lei 120/II, o actual Governo fica com dispositivos para poder movimentar a seu favor e das suas clientelas, introduzindo-se designadamente novas condições para os eleitores do Poder Local, procurando a "AD" arranjar condições que lhes permitam recrutar e aliciar mais facilmente os seus candidatos.

A situação no ensino

A situação no ensino é desastrosa — afirmou Zita

Seabra, no período de antes da Ordem do Dia de sexta-feira, único momento na semana em que tem sido possível produzir declarações políticas. — A "AD", que tem a responsabilidade deste ministério há mais de dois anos lectivos, é responsável pelo agravamento extremo dos problemas que neste domínio afligem o país e particularmente os jovens, os professores e os pais.

Socorrendo-se dos números relativos ao insucesso escolar que podem verificar-se nas pautas — só no secundário a taxa global de reprovações ronda os 45 por cento! —, a deputada considerou serem evidentes os sintomas de doença no sistema de ensino e necessitarem de urgentes medidas, que, como afirmou, não podem ser encontradas no quadro deste Governo.

Com instalações a degradar-se em que não se fazem obras de conservação, a abarrotar e largamente insuficientes, com a crescente carência de novas escolas, com o número de alunos por turma a aumentar de ano para ano, com a falta de funcionários auxiliares, com as escolas no estado em que se encontram, e qualquer dos Senhores Deputados as pode visitar, como seria possível obter outros resultados? Sim, é no básico e no secundário mas também no ensino primário

agora agravado pela indefinição da responsabilidade de quem constrói novas escolas. Isto é tanto mais grave quanto as câmaras municipais não foram atribuídas as verbas necessárias para que elas o façam, nem atribuídos os meios, nem sequer são fornecidas normas que lhes permitam construir. Há dias os jornais noticiavam que uma câmara municipal do norte tivera que recorrer a crédito bancário com uma taxa de juro de 22% como objectivo de construir uma escola primária!

E como poderia haver bons resultados em matéria de êxito escolar se se agravam os horários em regime duplo, tripló e até quádruplo e a excepção é cada vez mais o regime de horário normal? Isto significa que as crianças estão únicas e simplesmente três ou quatro horas do dia na escola, ficando o resto do tempo por aí e que quando estão na escola têm aulas em simultâneo com duas, três ou até quatro classes! Para a mulher trabalhadora esta situação traz também gravíssimos problemas, porque a maioria não tem onde deixar os filhos em lugares próprios e seguros e deixa-os simplesmente a brincar na rua...

Outro factor que origina o insucesso escolar é, sem dúvida, a degradação das condições de vida dos portugueses. O aumento do

desemprego, as dificuldades na habitação, o crescente agravamento do custo de vida, tudo isto contribui para a situação presente. Há dias diziam-nos angustiado um professor do ensino primário: «como é que não há-de estar a aumentar o insucesso escolar se nas aulas é novamente patente a presença de alunos com fome...!»

O «caso Carlos Fino»

Ainda durante o período de antes da Ordem do Dia Magalhães Mota, da ASDI, levou à AR o já conhecido caso de agressão a um jornalista português, correspondente em Moscovo de uma série de órgãos de comunicação social, em circunstâncias ainda não completamente esclarecidas. Para o deputado que «abriu o processo», as circunstâncias estavam completamente esclarecidas porque... tinha acontecido em Moscovo. Com efeito, Magalhães Mota aproveitou para falar na «censura» e nos direitos do homem. Nenhum partido — sobretudo os da direita — deixou escapar a ocasião para dizer das suas. E aconteceu o que tem acontecido em alguns jornais: o que ocorreu com o jornalista foi porque ele era jornalista e porque se pretendia cercar a informação livre.

Nem o PS fugiu à regra. Pela voz do deputado Raúl

Rêgo, cuja «pena de ouro» tem servido bem o anticomunismo, o PS pronunciou-se sobre a questão. E o modo como o fez evidencia a má-fé que estava por detrás das palavras do deputado. Assim, no texto distribuído à imprensa, pudemos ver a condenação da «bárbara agressão» e da «posterior expulsão para a Finlândia». Mão caridosa emendou o que a pena de ouro tinha escrito. Várias vezes a palavra «expulsão» foi riscada e substituída por «saída»... Até há um parágrafo curioso em que o autor considera a «expulsão» medida frequente na URSS e depois escreve que o jornalista «conhece agora essa medida». Depois de «riscar o que não interessa», o texto afirma que o dito correspondente «teve de sair para se tratar».

Veiga de Oliveira, pelo PCP, depois de sublinhar que os comunistas, naturalmente, condenam, aqui ou em qualquer parte do mundo, a agressão a um cidadão, chamou a atenção para o facto de tal acontecimento não dever servir de manipulação política ideológica. Ao mesmo tempo, o deputado do PCP venceu que a atitude que alguns tomam neste caso não tem correspondência com o seu silêncio quando em Portugal, jornalistas em exercício de funções são agredidos, como aconteceu recentemente na própria Assembleia da República.

PCP



Porto Campanha Verão 82: retomar a iniciativa

Passado o período de trabalho mais intenso para a Festa do «Avante!», que foi um precioso contributo para a concretização das metas das organizações, há que retomar de novo a dinâmica de recolha de fundos junto dos simpatizantes, amigos do Partido e outros trabalhadores.

Este é já um período de férias e quem não recolheu o grosso dos seus montantes até aqui, vai agora ter que fazer um grande esforço. Mãos à obra camaradas! Só para termos uma ideia do que falta vejamos a situação:

Sector Intelectual/Saúde.....	75%
C. sede Boavista.....	65%
V.N. Gaia.....	60%
Metalúrgicos.....	55%
Grandes Serviços.....	45%
Serviços.....	25%
Gondomar.....	20%
Matosinhos.....	20%

De salientar, entretanto, que uma das orientações presentes na campanha é a recolha de contribuições extraordinárias.

Exposição do 60.º aniversário está em Moscovo

A exposição evocativa dos 60 anos de luta do PCP encontra-se agora em Moscovo, capital da URSS. O certame, que está a percorrer várias nações socialistas da Europa, foi inaugurado naquela cidade no passado dia 13, na Casa Central dos Pintores.

Na jornada de inauguração estiveram presentes delegações do PCUS e do PCP, dirigidas respectivamente pelo vice-chefe do Departamento Internacional do CC, camarada Ivan Kovalenko; e Domingos Abrantes, membro do Secretariado e da Comissão Política do Comité Central.

Falando na sessão inaugural, Domingos Abrantes salientou que a presença da exposição em Moscovo representa e testemunha a sólida amizade fraternal que liga os dois partidos, tendo declarado noutro ponto da sua intervenção:

«As lutas da classe operária portuguesa que se desenvolveram nos anos que se seguiram ao derrube do regime monárquico (1910) foram fortemente estimuladas pela Grande Revolução Socialista de Outubro. Os jornais operários e progressistas da época empenharam-se na divulgação dos feitos dos bolcheviques, na explicação junto das massas do significado das conquistas do Estado soviético. Em 1919 fundou-se o Con-

selho de Propaganda Social para a defesa e propagação da Revolução de Outubro, e em 1921 foi criada a Associação dos Amigos da Rússia. Foi neste contexto de luta solidária com a Grande Revolução Socialista de Outubro que nasceu o PCP, princípio que se manteve e mantém inalterável em toda a história do nosso Partido.

«O PCP, não cedendo às pressões dos inimigos de classe, sempre defendeu os laços de amizade e cooperação com a União Soviética e o PCUS. As conquistas da União Soviética, a acção internacionalista do PCUS foram e continuam a ser uma ajuda, um estímulo à nossa luta, à luta dos povos do mundo contra o imperialismo, contra os perigos da guerra, à luta pelo progresso social, pelo triunfo do socialismo e do comunismo.

«Inserido no processo universal de transformação revolucionária do mundo, parte integrante do grande movimento comunista internacional, o PCP, vanguarda da classe operária portuguesa, foi e será activamente solidário

com os Partidos irmãos, com os movimentos revolucionários de libertação nacional, com todas as forças progressistas do mundo.»

E mais adiante: «Vivemos na época da passagem do capitalismo ao socialismo. O socialismo deixou de estar confinado a um só Estado. Os revolucionários de hoje, ao contrário de há 6 décadas, podem contar com as conquistas e a solidariedade do campo socialista, tendo a União Soviética à cabeça. O imperialismo sofreu e continua a sofrer pesadas derrotas. Os Partidos Comunistas, guiados pelo marxismo-leninismo reforçam as suas fileiras. A conquista do Socialismo, o fim da exploração do homem pelo homem, torna-se uma perspectiva real para novos povos.

«O PCP, sejam quais forem as dificuldades, encara o futuro com confiança e determinação, não recuando esforços para que triunfe a causa da Revolução.»

O camarada Vitor Afanassiiev, director do jornal irmão «Pravda», realçou o profundo respeito e carinho de que o PCP goza entre os comunistas e o povo da URSS e afirmou a dado passo: «O PCP é um partido combativo, verdadeiramente revolucionário, cujos princípios e firmeza de posições marxistas-



No momento da inauguração da exposição do 60.º aniversário do PCP, em Moscovo, o camarada Domingos Abrantes (à direita) acompanhado pelo camarada V. Afanassiiev, membro do Comité Central do PCUS e director do «Pravda»

leninistas lhe granjearam um crescente apoio entre os operários, os camponeses e os intelectuais de Portugal.»

Além de representantes da Informação, estavam presentes vários membros do CC do PCUS, responsáveis do Instituto de Marxismo-Leninismo adjunto ao CC do PCUS, camaradas do «Pravda», funcionários do Museu Central da Revolução e do

Ministério da Cultura e ainda membros da União dos Pintores da URSS. O certame permanecerá aberto ao público em Moscovo durante um mês.

O PCP mais forte!

Terminou a campanha de recrutamento para o Partido, iniciada em Março e que tinha como objectivo trazer às fileiras do PCP 5 mil novos militantes.

Tal objectivo foi plenamente concretizado e nos fins de Junho (data prevista para o seu encerramento), o PCP passou a contar com mais 5584 novos membros.

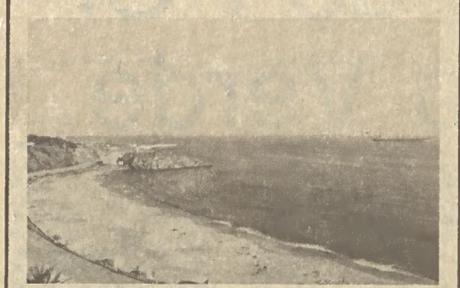
Recorde-se, a propósito, uma breve passagem da intervenção de Alvaro Cunhal no comício da Festa do «Avante!»:

«Na venenosa campanha da reacção e do grupo de Mário Soares contra o nosso Partido, esses senhores querem

iludir-se a si próprios e proclamam que existem no PCP os problemas reais que existem nos seus partidos. A realidade forte e clamorosa cobre-os de ridículo.

«Proclamam que há divisões no nosso Partido e entretanto nós estamos — Comité Central, organizações, militantes — unidos como uma rocha.

«Proclamam que estamos a descer de efectivos e entretanto a campanha de recrutamento de Março a Junho ultrapassou a sua meta e, em 4 meses, recrutámos para o Partido mais 5584 novos membros, pelo que felicitamos vivamente os nossos camaradas e todas as organizações.»



Sines Festa da Terra e do Mar em Agosto

Os comunistas de Sines realizam a 6 e 7 de Agosto a Festa da Terra e do Mar, iniciativa de convívio popular com um variado programa cultural, político, recreativo e desportivo.

A Comissão da Festa salientou ao «Avante!» que esta jornada é possível pela simpatia, solidariedade e apoio das população do concelho de Sines e também dos concelhos vizinhos, evidenciada numa atmosfera de entusiasmo e confiança na construção duma grande iniciativa, que «só uma forte organização do Partido dos trabalhadores pode levar a efeito».

Os trabalhos de preparação estão a decorrer numa ampla actividade caracterizada pelo empenho, pelo espírito criativo e também pelo trabalho cuidado numa estrutura que abrange sectores como o da divulgação e propagação, programação artística, som e electricidade, transportes, fundos, fornecimentos, etc.

Além dos espectáculos musicais (em que os artistas da região vão estar representados em força e qualidade), a Festa da Terra e do Mar inclui no seu programa outros pontos de viva atracção. É o caso, por exemplo, do artesanato e das exposições.

A habilidade e a imaginação de muitos camaradas e amigos proporcionaram já belos trabalhos de artesanato, que estarão à venda nos dois dias da Festa, prevendo-se uma larga mostra de artigos em madeira, metal, rendas, etc.

Sobre as exposições, é de salientar que serão abordados os seguintes temas em painéis com documentação diversa, fotografias, ampliações, mapas, informações e gráficos: Autarquias, Mulheres, 3.ª Idade, Pioneiros, Juventude, PCP no concelho, entre outras.

As organizações do Partido terão os seus pavilhões na Festa, nomeadamente as células de empresas ligadas ao complexo de Sines, os pescadores comunistas, comissões locais, concelhia, etc.

Haverá ainda uma mini-Feira do Livro, bancas, provas desportivas e um serviço de restaurante e bar com múltiplas atracções gastronómicas, a começar pelo peixe, grande riqueza da terra (atenção à caldeirada...).

A informação política atingirá momento alto no comício da Festa.

AS FÉRIAS E O PARTIDO

Neste momento, muitos camaradas e amigos do Partido gozam as suas férias de Verão na tranquilidade da praia ou do campo, longe dos seus locais habituais de residência e trabalho.

Nestas merecidas semanas de repouso, a ligação ao Partido desses camaradas e amigos sofre, na generalidade dos casos, um «corte» temporário. Mas o PCP está em todo o lado. A organização do Partido, os Centros de Trabalho, a venda do «Avante!» e de «O Militante», o esclarecimento político não param.

Nas terras do Minho, no Algarve, nas zonas do oeste, nas regiões serranas, de norte a sul do País, a vida do Partido continua. Não vai de férias!

Diziamos que a ligação ao Partido da generalidade dos ca-

maradas e amigos que gozam as férias sofre um «corte» temporário. Ora, esta é uma situação que, na verdade, pode ser alterada profundamente. Vejamos.

Há muitos camaradas que anualmente passam as suas férias neste ou naquele sítio mais ou menos regularmente e que não conhecem ainda o Centro de Trabalho do Partido nessa terra. Uma sugestão nossa: que tal uma visita?

Há muitos camaradas que nos locais de férias, depois de procurarem num determinado ano o «Avante!» e caso não o encontrem, desistem e no ano seguinte já nem se informam sobre a distribuição do nosso jornal, por pensarem que a procura será em vão. Ora, porque não experimentam desta vez? E se fossem ao CT mais próximo?

É já hábito nesta altura do ano a promoção de numerosas festas populares, por iniciativa das organizações do Partido. Muitas vezes, a 4 ou 5 quilómetros do sítio onde estamos de férias realiza-se uma dessas festas, jornadas de franco convívio popular, onde se conhecem muitos amigos e onde se passam uns momentos agradáveis... Que tal uma participação nessas festas?

Outras sugestões, outras formas de, mesmo em férias, continuarmos ligados ao Partido poderiam aqui ser avançadas. Mas a imaginação de cada um dos camaradas e amigos, também tem uma palavra a dizer...

DISTRITO DE SETÚBAL

Análise e perspectivas da luta popular

A Direcção da Organização Regional de Setúbal (DORS) do PCP, aprovou no passado dia 12, um documento sobre a situação política actual — análise e perspectivas de luta.

O documento, no qual se salienta o apoio da DORS do PCP à jornada de luta marcada pelo movimento sindical unitário para hoje, em S. Bento, está dividido nos seguintes capítulos: «Tal como o PCP previu e preveniu a mudança da AD é para bem pior»; «O Governo despreza o distrito de Setúbal»; «Acentua-se a repressão patronal com a cobertura política da AD»; «O acordo AD/PS-Mário Soares sobre a revisão da Constituição é um enorme perigo para o Portugal de Abril»; «A luta continuará até que a AD seja afastada do Governo»; e «Os trabalhadores são o futuro. Cresce continuamente o apoio ao PCP».

«Não aplicando a Lei das Finanças Locais os governos «AD» já roubaram às autarquias do distrito de Setúbal mais de 5,2 milhões de contos. No dia-a-dia os ministérios e seus departamentos não facilitam, entervam, e mesmo boicotam a acção do Poder Local democrático dum distrito de que não gostam.

«No sector da Indústria naval, as participações do Estado são postas ao serviço dos Mellos e de outros exploradores, fomentando a insegurança das respectivas empresas e alargando injustificadamente o desemprego.

«Nas pescas o escândalo da fúria destruidora atinge limites que não se podiam

imaginar. Tenreiristas e outros armadores «navegam nas suas águas» — os interesses da economia nacional e dos trabalhadores do sector são desbaratados ao máximo.

E mais adiante, pode ler-se:

«No distrito de Setúbal é muitíssimo grande o descontentamento para com a assistência social que encarece e piorou. Em várias especialidades medidas os trabalhadores e familiares têm de esperar mais de seis meses por uma consulta. Nas baixas por doenças os subsídios são pagos com dois, três e mais meses de atraso. O pagamento de pensões e de outras subvenções atrasa-se regularmente. As instalações hospitalares e de assistência e os seus equipamentos não satisfazem — em Almada, uma cama de hospital para 3500 habitantes; no dis-

trito, uma elevada percentagem de partos têm de recorrer a Lisboa. Entretanto, a Sra. Irene Aleixo, da «AD», presidente da comissão instaladora do CRSS, reconhecidamente incompetente, não resolve nenhum destes problemas e adquire sem estudos prévios um edifício por 37 mil contos (!), que comprovadamente não serve os serviços, os trabalhadores e os utentes.

«Na habitação é o caos que se trava — a «AD» extingue o Fundo de Fomento de Habitação não apoia as Cooperativas de Habitação económica, mantêm fogos desocupados com a sua entravante burocracia, restringe créditos e fomenta rendas e preços especulativos.

«Movidos por razões políticas inconstitucionais, a «AD» e o seu governo desprezam descaradamente o distrito de Setúbal.»

«Férias 82» na Figueira da Foz

A Figueira da Foz aguarda com entusiasmo mais uma edição da Festa popular «Férias» (este ano «Férias 82»), tradicional jornada de convívio promovida pelos comunistas figueirense.

A festa inicia-se no próximo dia 30, prolongando-se até 1 de Agosto, com um programa variado que inclui espectáculos musicais, folclore, actividades desportivas (destaque para o futebol e o atletismo), ampla mostra de artesanato da região, quemes-

se, serviço de bar e restaurante com pratos típicos bem conhecidos, actividades recreativas e exposição política documentando aspectos do Poder Local da região da Figueira.

A «Férias 82» atingirá os seus momentos altos na «noite da juventude», com o grupo «Já-lu-mega» (30 de Julho); na «noite de Coimbra», com três grupos de fados e guitarradas coimbrãs e com o espectáculo de Carlos Mendes, «Triângulo do Mar» (31 de Julho); e no «dia da Figueira

da Foz», com ranchos folclóricos da região, bandas musicais, artistas populares figueirense e a participação de Pedro Barroso (1 de Agosto).

Neste último dia, decorrerá o comício da festa.

Para o «dia da Figueira da Foz» (1 de Agosto), os promotores da iniciativa dirigem um especial convite «aos figueirense espalhados pelo País e pelo Mundo, para se juntarem este ano, centenário da Figueira da Foz, neste dia da Festa.»

ATENÇÃO TRANSMONTANOS!

No próximo dia 22, vai realizar-se no CT Vitória, na Avenida da Liberdade, em Lisboa, uma reunião de camaradas naturais da região de Trás-os-Montes, residentes na Grande Lisboa e Margem Sul.

Participar no encontro, marcado para as 21 e 30, o camarada Sérgio Teixeira, da DORT do PCP. «Informação e discussão de problemas de Trás-os-Montes», é o tema da reunião. Não faltes!

Sessão em Alcântara

Amanhã, no Centro de Trabalho de Alcântara, às 21 e 30, realiza-se uma sessão de esclarecimento sobre a revisão da Constituição.

A sessão é aberta a todos os camaradas e amigos.

boletim emigração

Junho - Julho 1982 • N.º 7

Encontra-se em circulação o número sete referente aos meses de Junho e Julho do «Boletim Emigração», uma edição da Comissão para o trabalho entre a Emigração do PCP. Impressos em offset, as quatro páginas da publicação oferecem uma apresentação agradável e uma leitura variada versando no fundamental a problemática respeitante à vida e ao trabalho dos nossos compatriotas no estrangeiro.

Neste número, entre outros, podem ler-se artigos referentes a um discurso recente do Secretário de Estado da Emigração, à campanha de fundos para o Partido que decorre entre os emigrantes, ao Conselho das Comunidades, aos subsídios às associações, à revisão constitucional e à Festa do «Avante!».

Entre a emigração, uma voz do Portugal de Abril com fortes razões para uma leitura atenta. A não perder!

Gamaradas falecidos

Francisco Concelção
(Chico da Mina)

Faleceu recentemente o camarada Francisco Concelção. Contava 62 anos de idade, era bastante estimado na Campina, local onde residia, e pelos seus camaradas da Mina do Sal, onde trabalhava.

Jorge Durães

Com 41 anos de idade, faleceu o camarada Jorge Lopes Durães, membro da célula da Robbiatuc Portuguesa, em Sacavém.

Armando Cruz

No passado dia 7, faleceu o camarada Armando Lourenço da Cruz, contava 55 anos e residia na Amadora. O camarada era farmacêutico na Casa de Saúde da Cruz Vermelha Portuguesa.

Fernando Cunha

Faleceu no passado dia 8, o camarada Fernando Ferreira Cunha, da Direcção da Organização Regional de Trás-os-Montes e membro da Assembleia Municipal de Macedo de Cavaleiros.

O camarada contava 34 anos de idade e foi vítima de doença no seu local de trabalho.

Foi a enterrar no cemitério da freguesia de Cortiços, tendo-se incorporado no funeral o camarada Sérgio Teixeira, membro suplente do CC.

O camarada Fernando Cunha era muito estimado por todos os que com ele puderam contactar.

Expressando o sentir de todo o Partido, o «Avante!» dirige às famílias dos camaradas falecidos sentidas condolências.

EP's premiadas

Na sequência de várias solicitações e de dúvidas de alguns camaradas e amigos, vamos repetir a publicação dos resultados dos três sorteios das EP's da Festa do «Avante!».

1.º SORTEIO

1.ª - Uma tenda de campismo	66298
2.ª - Uma bicicleta	99407
3.ª - Uma bicicleta para criança	58607
4.ª - Um saco de dormir	163029
5.ª - Uma biblioteca Caminho no valor de 1000\$00	193229
6.ª - Uma biblioteca Caminho no valor de 500\$00	94263
7.ª - Uma biblioteca Caminho no valor de 500\$00	00010
8.ª - Uma biblioteca Caminho no valor de 500\$00	163113
9.ª - Uma biblioteca Caminho no valor de 500\$00	193077
10.ª - Uma biblioteca Caminho no valor de 500\$00	68955

2.º SORTEIO

1.ª	163230
2.ª	169939
3.ª	118625
4.ª	65464
5.ª	113013
6.ª	131418
7.ª	133002
8.ª	84197
9.ª	112558
10.ª	177578

3.º SORTEIO

1.ª - Viagem à U. Soviética, p/2 pessoas	47617
2.ª - Um fogão a gás com 2 bicos	108675
3.ª - Um grelhador de frangos	17648
4.ª - Uma bicicleta para adulto	128585
5.ª - Um grelhador eléctrico	120105
6.ª - Uma picadora eléctrica	58346
7.ª - Uma cafeteira eléctrica	33921
8.ª - Uma mesa e 2 bancos para camp.	184061
9.ª - Uma fada eléctrica	112558
10.ª - Uma torradeira	244936

Trabalhadores

HOJE, ÀS 7 DA TARDE FRENTE A S. BENTO!



Hoje às 7 horas da tarde, em frente à Assembleia da República, cumprindo decisão tomada em Plenário Nacional, os conflitos e as lutas de sectores e empresas, que nas últimas semanas têm mobilizado centenas de milhares de trabalhadores, vão ter nova expressão de massas que se espera seja um ponto alto na defesa consequente do regime democrático que continua a correr perigos irreversíveis com a permanência do Governo «AD».

Numa situação próxima do descalabro económico e financeiro, depois de jornadas de luta que não deixaram dúvidas quanto à vontade e aos sentimentos populares, o movimento sindical unitário encabeçado pela CGTP-IN volta a insistir na demissão urgente deste Governo e nos outros passos necessários à salvaguarda do regime democrático.

O acordo manifesto e o apoio à jornada de hoje, embora não esteja prevista a sua presença física na Praça de São Bento, é um acordo, é um apoio nacional. A representatividade do órgão que aprovou a jornada (1 300 000 trabalhadores representados por 160 associações sindicais, sendo 17 não filiadas na Central) dá bem a medida da legitimidade da manifestação e da sua importância.

A participação em massa na jornada de hoje é indispensável, numa ocasião em que todos os dias se tornam mais precisos e directos os ataques aos alicerces económicos do regime democrático, designadamente a escalada contra as nacionalizações, o exercício das liberdades e direitos sindicais nas empresas, o controlo de gestão, a sobrevivência da banca nacionalizada e de outros com importância decisiva no sector empresarial do Estado. Por isso são nacionais os objectivos da manifestação.

À semelhança do que sucedeu em Évora e em outros pontos do País, no que respeita a associações sindicais e outras organizações do movimento popular de massas, e o Movimento Democrático de Mulheres, no Porto uma reunião geral de sindicatos reafirmou o seu apoio aos objectivos da concentração-manifestação de Lisboa. E anunciou que hoje se realizará em todo o distrito norte uma grande jornada de esclarecimento com carros de som, distribuição de documentos e outras iniciativas de apoio à demissão do Governo «AD», tendo em vista a defesa do regime democrático-constitucional, contra a degradação das condições de vida do povo.

Apelo da DORL do PCP

1. A Direcção da Organização Regional de Lisboa do Partido Comunista Português manifesta a sua mais firme solidariedade e apoio a decisão do Plenário de sindicatos da CGTP-IN de 2 de Julho, que convocou uma concentração frente à Assembleia da República, para o próximo dia 15 de Julho.
2. O PCP, os trabalhadores portugueses, os democratas, o nosso povo, têm vindo a travar uma intensa luta contra a brutal e ruinosa política da «AD» que tudo atinge e tudo agrava, desde custo de vida até à própria independência nacional. A vastíssima indignação e repúdio populares contra a política da «AD», bem demonstrada nas grandiosas Greves Gerais de 12 de Fevereiro e de 11 de Maio deste ano, são exemplos claros de uma AD cada vez mais isolada, aparecendo aos olhos de cada vez maior número de portugueses como a expressão dos interesses da grande capital, dos latifundiários e do imperialismo, apostada em destruir Abril.
3. Hoje, mais do que nunca, é um imperativo nacional e patriótico demitir o governo Balsemão/Freitas do Amaral, dissolver a Assembleia da República, nomear um governo democrático de gestão e convocar eleições gerais antecipadas.
4. Não é a Constituição que obriga a «AD» a governar pessimamente. Não é a Constituição que leva o país para a ruína. Não é a Constituição que limita as liberdades e atenta contra as instituições democráticas. É a política da «AD». A destruição da Constituição que está em marcha, na base do acordo do PS/Mário Soares com a reacção, fundamentalmente a retirada de poderes ao Presidente da República, a extinção do Conselho da Re-

volução e a concentração dos poderes destes dois órgãos no governo, designadamente no antigo discípulo de Salazar e Caetano que é Freitas do Amaral, tem, entre outros, como objectivos:

- Criar novas condições para o desenvolvimento do plano «AD» contra o regime democrático;
- Salvar uma direita desprestigiada e desacreditada, roída por conflitos e disputas e impedir a sua derrota;
- Enfraquecer a democracia através da subversão da Constituição.

5. Dissolver a Assembleia da República, cuja composição não corresponde à vontade do Povo português, é uma necessidade moral, social e politicamente urgente.

Esta Assembleia da República não tem autoridade para alterar a lei fundamental do país, a qual consagra as grandes transformações e conquistas criadas e conseguidas pela energia revolucionária libertada pela Revolução de Abril, consagra anseios e aspirações que custaram dezenas de anos de luta e incontáveis sacrifícios aos democratas e patriotas, aos trabalhadores e ao Povo.

6. A DORL do PCP reafirma o seu apoio à concentração em S. Bento, sauda o Movimento Sindical Unitário por esta jornada de luta que constitui mais uma afirmação de inabalável vontade dos trabalhadores portugueses em defender Abril e a Constituição.

A DORL do PCP apela a todos os seus militantes, aos democratas, aos jovens, às mulheres, à população do distrito para que participem massivamente nesta concentração.

Lisboa, 12 de Julho de 1982

A Direcção da Organização Regional de Lisboa do Partido Comunista Português

Sumário das lutas

- **Rodoviária Nacional** — «Os Sindicatos reafirmaram a sua inabalável decisão de não permitir que sejam retiradas aos trabalhadores regalias e direitos consagrados no contrato actual, para o que continuarão a manter os trabalhadores permanentemente informados e mobilizados, recorrendo se necessário para a todas as formas de luta, incluindo a greve», conclui o último comunicado da Federação sindical do sector, depois da suspensão das greves anunciada para 5 e 7 do corrente na Rodoviária Nacional.
- **STCP** (Transportes Colectivos do Porto) — Prevê-se na última segunda-feira uma desconvocação das formas de luta anunciadas para esta semana, se entretanto se obtiverem resultados positivos numa reunião no Ministério do Trabalho.
- **CTT** — Iniciada anteriormente, dia 13, uma greve às horas extraordinárias. Trabalhadores e Sindicatos pretendem rever o acordo de empresa (AE). Os administradores invocam uma portaria de extensão que a seu ver tem um período de vigência que ainda não terminou. Os Sindicatos reafirmam que a portaria pode legalmente ser revista em qualquer ocasião.
- **Cel-Cat** — Por aumentos salariais de 26 por cento foram anunciados dois dias de greve. A empresa com sede na Amadora emprega cerca de 1170 trabalhadores.
- **Lisnave** — À semelhança de terça e quarta-feira está prevista para hoje nova paralisação em 'Cacilhas' pela negociação do caderno reivindicativo e pela segurança do emprego.
- **Siderurgia Nacional** — Contra gestão ineducada e

- pela defesa e desenvolvimento da SN como empresa nacionalizada, os trabalhadores protestaram recentemente através de 48 horas de greves sectoriais. Exigida a demissão dos gestores.
- **Cimpor e Secll** — Reivindicações salariais, actualização do subsídio de turnos, e de outras regalias, enfrentando intransigência da gestão, conduzem a formas de luta os cerca de 3700 trabalhadores, em 9 do corrente. Propostos aumentos de 30,8%.
- **Indústria de mármore** — Para a cem por cento em 6, 7 e 8 do corrente, em todo o país. Reivindicados aumentos salariais de 26,5 por cento.
- **Moagens do Norte** — Pela negociação directa da contratação colectiva, por novos salários e regalias sociais.

INFORMAÇÃO SINDICAL

• **Caixa Geral de Depósitos** — Organizações representativas dos trabalhadores da Caixa Geral de Depósitos distribuíram recentemente uma colecção de documentos que inclui uma moção "repudiando as declarações e intenções do Primeiro-Ministro sobre o aparecimento da banca privada no decorrer do ano de 1982". A comissão de trabalhadores e a estrutura sindical reafirmam o seu "propósito e determinação de lutar por todos os meios ao seu alcance para impedir o aparecimento da banca privada em Portugal. Estão conscientes de que a dinamização do sector bancário, necessária à economia nacional, passa pela reestruturação da banca nacionalizada, pelo aproveitamento integral das suas potencialidades, pela gestão racional dos seus recursos e não pela inclusão do sector privado no mercado bancário, como os responsáveis do Governo têm afirmado, o que levaria ao estrangulamento da banca nacionalizada, subvertendo o espírito do 25 de Abril".

• **Comissão Coordenadora Nacional das CTs das Empresas do Sector de Seguros** — Sob o título "Nova fase do ataque ao sector nacionalizado", a

Coordenadora chama a atenção da opinião pública para o facto de o Governo ter retirado ao Instituto Nacional de Seguros "grande número das suas funções que passam a ser atribuídas a uma associação patronal, a Associação Portuguesa de Seguros". Entre outras "transfere para a dita Associação as seguintes competências: negociação da contratação colectiva, seguro de fronteira-ACE, pool atómico e agrícola, carta verde e arbitragens, formação (incluindo a escola de seguros-CEFOS), publicidade e relações públicas, prevenção e segurança, formação de grupos de estudo e a representação da actividade seguradora a nível nacional e internacional".

• **Frente Comum de Sindicatos da Função Pública** — Reafirmando que "não se pode admitir que a maior parte dos salários actuais auferidos pelos trabalhadores da função pública sejam inferiores aos de 1975", a Frente Comum dos Sindicatos da FP, condena a "política autoritária do Governo para com os TFP". Num plenário em que estiveram representados 26 Sindicatos, a Frente "considera imperioso garantir que a revisão constitucional não se tome um meio de

subversão do regime democrático". A revisão "deverá respeitar os direitos dos trabalhadores portugueses, sem excepção, bem como obedecer aos limites formais e materiais que lhe são impostos", acrescenta a Frente Comum.

• **Sindicato dos Trabalhadores da Agricultura do Distrito de Leiria** — Para a campanha da fruta e vindimas, o Sindicato reivindica a jorna mínima de 800 escudos para os homens e 600 escudos para as mulheres. Quanto ao trabalho extraordinário para além das 8 horas diárias, deverá ser pago de acordo com a lei, com mais 25 por cento na primeira hora e 50 por cento na segunda e restantes.

• **Revisão das leis do trabalho** — A propósito de declarações recentes, no final de entrevistas com o Presidente da República, o departamento de informação da CGTP-IN refere que os dirigentes da CIP e da CCP (Confederação do Comércio) mostraram mais uma vez "a verdadeira face do grande patronato", ao exigirem nomeadamente "a urgente revisão da legislação laboral, a liquidação do actual sistema económico, a reposição do pacote do ex-ministro do Trabalho".

Falência na Columbo: mais 300 sem trabalho nos têxteis do Norte

Continua o processo de degradação da indústria têxtil no norte do País. Encerrada em 12 do corrente a fábrica Columbo lança no desemprego mais 300 trabalhadores no Porto.

Ocupada a empresa pela Polícia, os trabalhadores foram apanhados de surpresa. «Acho que isto, se deve a erros de gestão», diz uma operária à reportagem do «Avante!». Ultimamente foram-nos devolvidas do estrangeiro algumas encomendas com defeito. Há muitas dívidas por cobrar. Ainda há pouco falhou uma empresa italiana e ficou-nos a dever muito dinheiro».

O trabalho feminino predomina na empresa. As trabalhadoras continuam a manifestar surpresa pelo acontecido: «Parece impossível. Tinhamos uma carteira de encomendas que dava trabalho para mais de dois anos. E temos estado a trabalhar a 100 por cento».

A banca? «Houve outro dia uma reunião de credores com a banca e acordou-se num prazo para pagamento dos débitos.

Chegou-se também a um acordo razoável quanto aos juros. Só que a banca agora quer maior percentagem sobre as dívidas. A empresa teria que pagar à banca cerca de 2500 contos mensais em juros. Foi na sequência disso que encerraram a empresa», sublinha uma trabalhadora.

— E os salários?

— Não sabemos. As condições são muito estranhas. O Sindicato está a diligenciar junto do tribunal de falências exactamente para esclarecer isso.

Isso e muito mais haverá por esclarecer. Para já é a aflição do desemprego para grande número de famílias. É a falta de perspectivas que uma má política e um mau Governo permitem que se agrave sem soluções e sem vontade de as descobrir.

Política nacional**Governador civil do Porto****Uma acção carregada de ilegalidade!**

A Direcção da Organização Regional do Porto do PCP divulgou no passado sábado um exaustivo documento sobre a acção do governador civil do Porto, Rocha Pinto, e que, pela sua importância, publicamos na íntegra.

O governador civil do Porto fez comunicar à comissão concelha da APU de Penafiel o seguinte despacho que agora recebemos: "como a finalidade da reunião tem fins eleitorais, e não estamos em período de campanha eleitoral, não reúne os requisitos fixados no meu despacho genérico, pelo que não é requisito a escola. 3/5/82 Rocha Pinto." Assina esta comunicação o conhecido secretário dos governadores civis do tempo da ditadura fascista, dr. Januário Nunes.

Com este despacho, o cor. Rocha Pinto viola, mais uma vez, de forma ignóbil a Constituição e a lei, arrega-se com poderes policiais à maneira da PIDE, atribui-se capacidade legal de controle directo de reunião e, à velha moda de Salazar, insiste em limitar as liberdades e direitos democráticos aos períodos eleitorais. É um escândalo que tais despachos sejam possíveis no Portugal de Abril.

...Que pretende o governador civil Rocha Pinto e o governo AD que ele serve? Quer que os democratas e os trabalhadores usem o direito constitucional de resistir às prepotências e ilegalidades, se recusarem a aceitar os seus despachos e ocupem os locais de reunião a que têm direito? Quer ele montar novas provocações como a que montou em torno do 1.º de Maio? As forças democráticas não podem aceitar — e não aceitarão — que um tal liranete fascista continue a violar a legalidade democrática, a inventar critérios ilegais com o fim criminoso de impedir o uso de direitos constitucionais.

Cúmplice dos assassinatos do 1.º de Maio

Os trabalhadores e os democratas do Porto e do País não esquecem que foi este cor. Rocha Pinto quem, servindo-se do cargo de governador civil, montou a monstruosa provocação do 1.º de Maio, causadora directa do assassinato nas ruas do Porto de dois trabalhadores.

Inventando critérios e normas ilegais e idiotas, desprezando frontalmente a Constituição e a legalidade demo-

crática, foi este cor. Rocha Pinto quem premeditou e criou condições para a acção bestial das polícias de intervenção e de choque na madrugada do 1.º de Maio.

Foi ele quem subverteu a legalidade em sucessivos despachos ilegais e provocatórios, "entregando" a Baixa à UGT em 30 de Abril e 1.º de Maio.

Foi ele quem pressionou directamente os jornais do Porto para que impusessem a censura prévia aos comunicados da USP/CGTP: facto que ele próprio (fascista e pouco inteligente como é) veio confirmar publicamente.

Foi ele quem pressionou insistentemente a PSP para que no 1.º de Maio montasse na Baixa enormes dispositivos repressivos prontos a actuar contra os trabalhadores.

Foi ele quem não teve pejo em recorrer às mais infames mentiras: sabe-se já que foi ele quem transmitiu à PSP a "notícia" delirante de que a Baixa iria ser cercada por camións TIR (?) e que os trabalhadores iam utilizar "cocktails Molotov" (?) etc., visando com tais invenções criar um clima propício à posterior acção brutal da polícia.

Foi ele quem de mãos dadas com o MAI (Ángelo Correia) e o Governo AD pressionou a vinda para o Porto da Polícia de Intervenção.

E foi ele também que, durante a madrugada sangrenta, fugiu, furtando-se a todos os contactos, desaparecendo depois para Inglaterra, acossado pelo ódio dos trabalhadores.

Os trabalhadores e as forças democráticas não podem aceitar — e não aceitarão — que o maior responsável moral pelo assassinato de dois trabalhadores no 1.º de Maio, obreiro directo e consciente da provocação premeditada, continue impune e a servir-se do cargo para preparar novas provocações e novos crimes contra o regime democrático e contra o movimento popular.

Envolvido directamente em desvios de dinheiro

O recente escândalo com o presidente da Câmara de Marco de Canavezes de-

monstra inequivocamente a cumplicidade do cor. Rocha Pinto, no desvio de dinheiros públicos. Diz o presidente da Câmara de Marco: "aquilo que eu entendi que o senhor governador civil me disse, quando lá fui, no fim de uma reunião do Conselho Distrital foi: recebi umas massas de Lisboa com que não contava. Estão aqui quatro ou cinco presidentes de Câmaras que fazem parte do Conselho Distrital, arranjam-me uns recibos e distribuem a massa lá em cima conforme entenderem, mas que seja por gente da nossa cor". Depois de afirmar que tal dinheiro saía "daquilo que normalmente se chama o saco azul do governo civil", insiste o presidente da Câmara de Marco de Canavezes: "conforme ele me disse 'entreguem a quem entenderem desde que seja da nossa cor' (transcrições textuais da acta de reunião da câmara do Marco de Canavezes).

Tais factos não se passaram apenas com o presidente da Câmara de Marco de Canavezes: naquela reunião estavam "quatro ou cinco" presidentes... Mas o que é seguramente de admitir é que o governador civil Rocha Pinto usou dos mesmos processos e deu as mesmas instruções em relação a todos os catorze presidentes de câmara da AD do distrito do Porto: isto é, entregou "massas" públicas para serem distribuídas por "gente da sua cor".

O governador civil vem agora com umas justificações atapalhadas e pouco (muito pouco) inteligentes procurar limpar-se e negar que tenha sido assim. O facto é que não respondeu ainda às acusações mais graves que constam da acta da reunião da Câmara de Marco de Canavezes. O presidente da Câmara de Marco de Canavezes foi forçado a confessar que, tinha obtido do Grupo Desportivo de Tabuado um recibo de 100 contos, mas só tinha entregue 50 contos, isto é, que tinha ficado com 50 contos no bolso. Ora o presidente do Grupo de Tabuado afirma: "Eu fui ao governador civil e o governador civil disse-me que tinha dado 100 contos e para escrever para lá pôr escrito que responderia por escrito, e cujo ofício tenho lá a dizer que o Grupo Desportivo de Tabuado teria recebido 100 contos".

Isto significa, que o coro-

nel Rocha Pinto sabia há muito que o presidente da Câmara de Marco de Canavezes apresentaria um recibo de entrega de 100 contos ao Grupo Desportivo, mas só entregara 50 contos... Sabia do desvio e nada fez. Já depois de rebentar o escândalo ainda procurou encobrir o parceiro da cor, declarando: "tive, tenho e terei toda a confiança no presidente da Câmara de Marco de Canavezes".

Que motivos fazem correr o governador civil Rocha Pinto? As atabaloadas justificações de Rocha Pinto não podem esconder os factos: Rocha Pinto usa dinheiros públicos para subsidiar gente da sua cor. Rocha Pinto sabia que recebia recibos falsos e calava-se. Rocha Pinto correu em defesa do criminoso manifestando-lhe "toda a confiança".

Que ganhou Rocha Pinto com tal acção? Até que ponto foi a sua cumplicidade e o seu lucro? Que dinheiros foram assim desviados dos cofres públicos? Quantos e quais os presidentes de Câmara estão envolvidos em idênticas práticas? Quantos recibos falsos ou falseados existem? Quem beneficiou com estes golpes?

Foi este mesmo governador civil — que agora quer fazer acreditar que tem as mãos limpas — quem, em Abril de 1981, contou todos os subsídios aos grupos de teatro independente do Porto. Nessa altura, armado em ditadorzinho, declarou: "a verba de subsídios de que dispõe o Governo Civil é uma verba global. Por isso, a atribuição de subsídios depende apenas do critério do governador".

Vê-se agora, na prática, o significado daquelas palavras. O seu critério é: as massas são para a gente da sua cor e parte fica pelo caminho através de uns recibos falsos...

As forças democráticas e os trabalhadores não podem aceitar — e não aceitarão — que um tal indivíduo se mantenha como governador civil do Porto, depois de ter violado grosseiramente as mais elementares regras de honestidade e isenção moral, envolvido, não se sabe até que ponto, no desvio de dinheiros públicos.

Um tal indivíduo deve ser alvo de rigoroso inquérito e severamente castigado pelos desvios e crimes que tiver cometido.

Uma actuação fascista persistente

Esta actuação não é nova. Tomando posse do lugar de governador civil em início de 1980, logo o cor. na reserva Rocha Pinto entrou pelo caminho da abusiva, prepotente, antidemocrática e anticonstitucional limitação das liberdades e direitos democráticos dos cidadãos.

Alguns dos seus despachos são monstruosidades em que se combinam o desprezo frontal pela lei, a idiotia sentenciosa e a invenção de critérios e normas fascizantes e ilegais.

Logo em Março de 1980, recusa requisitar salas pedidas pela JCP inventando que tal requisição deve ser feita "somente quando se trate de reuniões dos respectivos órgãos ou filiados com vista à sua operacionalidade nos momentos e para os fins legalmente determinados".

Vê-se claramente aqui a mentalidade de um fascista a crer que o direito de reunião pode ser limitado por critérios pessoais inventados, contra a lei, pelo governador civil que afinal não passa dum agente pago pelo Governo. Isto é: Rocha Pinto mostra julgar que — tal como durante a ditadura — os agentes do Governo continuam a poder impor os seus critérios pidescos para limitar o direito de reunião.

Em Março de 1980, emite um despacho, a que chama normativo, impondo limitações inacreditáveis ao direito de reunião, chegando à estupidez de exigir que se prove "a existência de qualquer outro recinto que possa ser utilizado para o mesmo fim". Contra toda a lei, quer impor "caução prévia", arrega-se a decidir da "idoneidade dos petionários (?) e até exige "confirmação pelo presidente da Junta ou Câmara" das declarações dos "petionários".

É a reinvenção do estilo, das exigências e das normas que vigoravam durante os 48 anos de ditadura fascista, em que foi treinado o seu secretário dr. Januário Nunes e que Rocha Pinto adoptou...

Em Setembro de 1980, proíbe uma concentração e desfile que o PCP lhe comunica pelo facto de considerar o objectivo "irreal e ilícito", permitindo-se ainda fazer propaganda eleitoral em vésperas de eleições... É o estilo da União Nacional...

Em Novembro de 1980, recusa a requisição de salas

ao PCP "em virtude de não indicar o objectivo da reunião", como se um partido político tivesse que dizer ao agente CDS do Governo o objectivo das suas reuniões...

Em Março de 1982, recusa requisição de salas para reunião do MARN com o pretexto: "tratando-se de uma reunião de interesse sectorial, não requisito a escola". Que dizer deste pretexto idiota?

A isto se associou ao longo destes anos a recusa brutal a receber delegações de trabalhadores, de movimentos e associações. Em todo o caso do Sindicato dos Escritórios, assumiu sempre uma posição contrária à legalidade e à democracia, impondo, pela acção policial violenta, durante estes 3 anos, a entrega do sindicato e dos seus haveres ao grupo mafioso que perdera as eleições.

Dezenas de outros factos e despachos poderiam citar-se. É sempre a prepotência acéfala de um ditadorzinho que se julga poder substituir e sobrepor à constituição e à lei, inventando normas e regras com o único objectivo fascista de limitar, dificultar, impedir e liquidar o exercício dos direitos e liberdades democráticas.

As forças democráticas não podem aceitar — e não aceitarão — que um tal inimigo do regime democrático continue impunemente a subverter a lei e a legalidade.

Cada vez pior e mais fascista

Homem da ultradireita, frequentador assíduo do consulado dos Estados Unidos, conhecido pelas suas fraquíssimas capacidades intelectuais, coronel de Cavalária na reserva, gabaritando-se de façanhas na guerra colonial, Rocha Pinto vem revelando cada vez mais a sua mentalidade tacanha, retrógrada e fascista.

Dias depois de tomar posse de governador civil, Rocha Pinto define-se assim: "Sou um português de Abril e a minha contribuição para isso começa em 25 de Novembro de 1975".

De facto, depois do 25 de Abril, as suas posições ultra-reacionárias obrigaram-no a manter-se na concha, assistido com a força e a amplitude do movimento democrático e popular.

Encaixado no quartel-general da Região Militar do Norte, integrado num grupo

de ultras com ramificações para o bombismo (Mota Freitas e companhia), em estreita coligação Pires Veloso, Rocha Pinto aparece publicamente, depois do 25 de Novembro, a mostrar-se como é.

Administrador do Rádio Clube Português, em 14 de Fevereiro de 1976, uma assembleia geral de trabalhadores aprova (por 94 votos a favor e 2 abstenções) uma moção em que condena Rocha Pinto por "discriminação de toda a ordem" e lhe manifesta "repúdio" e "voto de desconfiança em relação à sua actividade nesta empresa pública".

Militante do CDS, vereador à Câmara pelo CDS, funda em fins de 1979, com outros ultra-reacionários, o MAVE (Movimento de Apoio à Candidatura de Pires Veloso). Transfuga do MAVE, liga-se posteriormente à candidatura de Soares Carneiro cuja propaganda eleitoral vai favorecer sem escrúpulos através de um despacho de 24 de Novembro de 1980.

Premiado, em inícios de 1980, com o cargo de governador civil, logo revela a sua "inteligência" e "sensibilidade" ao declarar as razões porque aceita o cargo: "Uma sua filha parafrazeando Luísa Gusmão, aventou: 'mais vale ser rainha uma hora que condessa toda a vida'. Eu concordei", diz textualmente Rocha Pinto... Acrescentando "gosto de correr riscos"...

De então para cá a sua actuação tem-se caracterizado crescentemente pela prepotência e pela ilegalidade, pela completa falta de isenção e honestidade, pelo reacionarismo antidemocrático, pela cumplicidade e o incitamento à repressão criminosa e violenta, pelo envolvimento em sucessivos escândalos e negociações. Isto para não referir boatos de anteriores "golpaças" em relação a familiares próximos...

Em Abril de 1980, nomeia como adjunto um filho justificando: "tinha necessidade de um economista para me aconselhar nas questões económicas". Afinal, o filho não era economista... a Associação de Estudantes da Faculdade de Economia do Porto vem a público desmentir o cor. Rocha Pinto, esclarecendo que o filho anda apenas no 4.º ano e que fizera "seis (pelo menos) tentativas — algumas em situa-

ções fraudulentas — de exame de uma cadeira do 4.º ano".

Em Março de 1981, tomam-se públicas as suas diligências para transferir a Feira Popular para a quinta da Prelada, previsível negócio chorudo que ainda falta esclarecer completamente... O que está claro é que pretende conceder o aval a um "investidor particular" (naturalmente um "generoso" capitalista da sua cor) que "como contrapartida da instalação do Luna Park solicita uma concessão de utilização por período alargado de tempo". Os protestos e o escândalo que tal projecto provocam, deitam por terra os planos do cor. Rocha Pinto.

Em Abril de 1982, sucedem-se reclamações massivas da população de St.º Ildefonso pelo facto de o governador civil autorizar a instalação em série, na zona, de "dancings e outros locais difusores de pornografia (lunabar, etc.). Aos protestos dos moradores responde o cor. Rocha Pinto com um "nada há a opor" a tais autorizações.

Exigir a severa punição dos crimes cometidos

Aos trabalhadores, aos democratas, a todas as pessoas honradas coloca-se o imperativo de tudo fazerem para correrem com este criminoso do Governo Civil do Porto. É necessário e é urgente que toda a sua actuação seja submetida a um inquérito rigoroso e imparcial que conduza à severa punição que merece.

A luta pela conclusão (sucessivamente adiada) do inquérito aos acontecimentos do 1.º de Maio, a luta para que sejam levados até ao fim os processos-crime movidos contra o cor. Rocha Pinto, a luta pela instauração imediata de um inquérito isento aos desvios de dinheiros públicos praticados pelo governador civil e por presidentes de Câmara, confirmados abertamente pelo presidente da Câmara de Marco de Canavezes, a luta pela imediata demissão do governador civil do Porto — têm que ganhar as grandes massas dos trabalhadores e dos democratas do distrito do Porto.

A luta continua.
10 de Julho de 1982
A Direcção da Organização Regional do Porto do Partido Comunista Português

Poder local**Iniciativas culturais em Almada e Mourão**

"Para o Centro Cultural de Almada foi uma experiência extremamente enriquecedora, pela possibilidade de dar a conhecer a sua acção e de contactar de perto com entidades, associações e animadores que actuam em áreas afins, pela possibilidade de dialogar e teorizar em comum experiências de diversos países, etc.". Assim foi definida pelo organismo coordenador da Cultura da Câmara Municipal de Almada a presença do seu Centro Cultural no Encontro Internacional sobre "Práticas e Perspectivas da Educação Popular nos Países da Europa do Sul" realizado em finais do passado mês em Toulouse, França. O convite veio da associação francesa "Peuple et Culture". Além das delegações portuguesa e francesa participaram nos trabalhos representantes da Espanha, Itália e Grécia, tendo sido abordados três temas principais: "Lugar das Instituições locais no sistema educativo", "práticas e experiências significativas" e "contribuições às mudanças socioculturais".

Dos debates ressaltou a necessidade de se aprofundar o conhecimento e estudo de experiências que, nos domínios da Educação e da Animação Cultural, se estão a realizar nos países participantes, apontando-se para o incremento do intercâmbio de informações, grupos artísticos e delegações artístico-culturais. Neste sentido a Câmara Municipal de Almada informa que já estão previstas acções como o Centro Cultural de Toulouse, de Grenoble e Montpellier e ainda com a Câmara de Bolonha, o Centro Cultural de Turim e o Centro de Estudos sobre a Educação de Adultos, em Atenas.

Mourão em festa

Numa iniciativa da secção de cultura e desporto da sociedade Artística Mouranense, com o patrocínio da Câmara Municipal de Mourão, e a colaboração da Casa do Alentejo e Núcleo dos Amigos do Concelho de Mourão realizou-se no passado fim-de-semana o 2.º Encontro de Corais Alentejanos.

Constava do programa a actuação dos grupos corais de Ourique, Os pastores da Torre dos Coelhoos, Ganhões de Castro Verde, Coral de Monte Trigo, Os Populares de Cacém (Lisboa), Mineiros de Aljustrel, Casa do Povo de Amareleja, Alfândão, Casa do Povo de Alvitto, Mourão (Coral da Sociedade Artística), Sobral da Adiga, Bairro dos Canaviais, Vendinha, Reguengos de Monsaraz, Alcáçovas, Coral do Guadiana (Mérida), Viana do Alentejo, Barrancos, Moura e Liga de Sacavém (representante da Casa do Alentejo).

**Terra****Agricultores de Coimbra exigem pagamento das indemnizações**

A difícil situação em que se encontram milhares de agricultores em resultado dos prejuízos causados pelas geadas de Maio último levou uma delegação da Federação das Uniões de Agricultores da zona da serra de Coimbra a avistar-se no final da semana passada com responsáveis da Direcção Regional do MACP a quem entregaram uma Carta de Reclamações da lavoura da região.

Nesse documento, endereçado ao ministro da Agricultura, Comércio e Pescas, os agricultores chamam a atenção para os efeitos das geadas que queimaram batatas, vinhas, milho e feijão entre outros produtos, elevando-se os prejuízos, pelo apuramento já efectuado, a muitos milhares de contos. Esta situação já de si difícil é ainda agravada pelo facto de ainda não terem sido pagos os subsídios respeitantes às geadas de 1981 e pelos sucessivos maus anos agrícolas.

Quando ao atraso verificado na entrega das declarações dos prejuízos por parte dos agricultores, o documento responsabiliza o MACP por tal facto na medida em que o Ministério só tardiamente accionou os mecanismos de apoio correspondentes e mesmo assim "só depois de os agricultores terem tomado a iniciativa nas suas próprias mãos através das suas organizações".

As objecções de funcionários à recepção de requerimentos feitos pelos agricultores é também repudiada no referido documento e consi-

derado que com tal comportamento os serviços do MACP procuram transmitir a sua desconfiança em relação à seriedade do trabalho feito pelos agricultores.

O documento alerta ainda para o carácter discriminatório da decisão do Conselho de ministros de 27 de Maio passado ao pretender restringir as indemnizações a empresas agrícolas cuja área não exceda um hectare e em que o agricultor exerça a sua actividade a tempo inteiro. No entender da Federação, tal medida é injusta tanto para os que dada a pequenez da sua área de exploração são forçados a encontrar um complemento para a sua subsistência e da sua família, como também para aqueles cujas explorações excedem uma hectare: "Há uma lei para cumprir, a Lei 82/77 de 5 de Março — sublinham os agricultores — e

é essa que tem que ser aplicada".

Por último as Uniões de Agricultores exigem a propósitos das geadas de Maio que sejam criadas Comissões de Avaliação dos Prejuízos que integrem agricultores em representação das organizações da lavoura; a aplicação pelo MACP da lei em vigor (82/77) e a aceitação de todos os pedidos de indemnização feitos pelos agricultores, independentemente do tipo de impresso, área, empresário a tempo inteiro ou parcial e prazo de entrega; o pagamento de 80 por cento do valor dos prejuízos apurados; a revisão de toda a problemática do Seguro de Colheitas que, tal como está e como a experiência tem comprovado, não serve os interesses da lavoura; e a redução para 10 por cento da taxa de juro para o crédito agrícola.

O Militante**O NÚMERO DE JULHO****Sumário:**

- Portugal seguirá o caminho de Abril
- A meta da Campanha de Recrutamento foi ultrapassada
- 1.ª Assembleia do Sector Intelectual da Organização Regional de Lisboa
- A Festa do Portugal de Abril
- Comemorando o centenário de Dimitrov
- Plenário de quadros da Organização Regional de Setúbal

OBRAS ESCOLHIDAS DE MARX/ENGELS

Obras fundamentais dos fundadores do socialismo científico

A venda o I VOLUME



Finalmente a tradução portuguesa rigorosa dos principais textos de Marx/Engels

Uma iniciativa de edições **Avante!** e Editorial Progresso

ENTREVISTAS NA FESTA

O contacto mais directo com a realidade de outros países e a luta de outros povos é uma condição importante de um conhecimento mais aprofundado dessa realidade e dessa luta. Por isso aproveitamos cada oportunidade, e em particular esta possibilidade anual, que a nossa Festa oferece, de conversarmos com camaradas de outros países. Com uma preocupação central — dentro das possibilidades — salientar os países e povos, cuja luta é mais dura, mais árdua a construção de uma nova sociedade. Onde a batalha contra o imperialismo assume um carácter fulcral. Ou mais simplesmente, o silêncio ou até a calúnia de fontes de desinformação, abafam a realidade da nova vida em construção. Apresentamos hoje algumas entrevistas feitas com delegações à nossa Festa.

IRÃO

A luta dos comunistas pela Frente Unida do Povo

O Partido Comunista do Irão (Tuedeh), que juntamente com outras forças iranianas desempenhou um importante papel no movimento popular que derrubou o antigo xá, vive hoje um período difícil da sua história.

Muitos militantes comunistas estão presos, a maior parte das nossas sedes foram encerradas, o órgão central do nosso Partido («Mardom») foi proibido e o seu director está preso há cerca de um ano — disse ao «Avante!» o camarada Mohammad Reza, responsável em Paris da imprensa do Tuedeh.

Esta situação deve-se, segundo afirmou, às próprias contradições internas da política iraniana. O poder não é homogêneo; ao lado das forças muçulmanas revolucionárias, das forças democráticas, encontram-se representantes dos sectores mais reaccionários que desenvolvem todos os esforços para entrar a Revolução.

São essas forças que, embora minoritárias e sem apoio popular, utilizam os lugares-chave que conseguiram ocupar no aparelho de Estado, designadamente nas pastas do Trabalho e da Educação, para levar a cabo a sua política de defesa dos interesses imperialistas. Boicotam a aproximação com os países socialistas, em especial as relações com a URSS, procuram afastar os comunistas da vida nacional, combatem os partidários do ayatollah Komeini, estimulam os conflitos internos.

São essas mesmas forças reaccionárias que, jogando com as divisões dos sectores democráticos iranianos, procuram fazer liquidar as conquistas da Revolução, centrando em especial a sua atenção nas nacionalizações e na Reforma Agrária, esta última praticamente paralisada actualmente.

A guerra Irão-Iraque constitui mais um factor de desestabilização do país. Para os comunistas iranianos, o importante é conseguir-se uma paz justa. Uma paz, como afirmou o camarada Reza, que não será possível enquanto as povoações fronteiriças continuarem a ser bombardeadas, enquanto os direitos iranianos não forem respeitados e sem o Iraque reconhecer aos cem mil iraquianos expulsos por se oporem à guerra o direito de regressarem aos seus lares.

Considerando esta guerra como mais uma tentativa do imperialismo para afastar as forças progressistas do poder, de modo a restaurar a sua influência no Irão, os camaradas do Tuedeh salientaram a importância do trabalho de massas que apesar de todas as dificuldades os comunistas vêm desenvolvendo junto das massas trabalhadoras, nas fábricas, nos locais de residência, nas escolas, etc.

Trabalhamos, afirmou Mohammad Reza, para a formação da Frente Unida do Povo iraniano. É uma tarefa difícil, sem dúvida, mas possível e sobretudo necessária para que a Revolução continue e se aprofunde. Um papel importante na defesa da revolução tem sido



Lutando ainda pelo reconhecimento dos seus direitos, as mulheres desempenham já um papel importante na revolução iraniana

desempenhado, segundo o camarada Reza, pelas mulheres iranianas.

Elas são motor da revolução, disse. Muitas foram as mulheres que tombaram na luta contra o xá, muitas as que se têm empenhado na grande tarefa de reconstrução nacional e mesmo na guerra contra o Irque.

É verdade que ainda subsistem problemas em relação ao reconhecimento dos direitos da mulher, como a questão do uso do véu no rosto — que é utilizado pela reacção como factor de divisão —, a sua pouca representação no parlamento, a completa ausência de mulheres no governo ou a recente interdição às mulheres de ascenderem a juizes. No entanto, isso não consegue impedir o seu real empenhamento na luta pela defesa da Revolução.

Uma revolução que, de acordo com a imprensa imperialista, poderá sofrer um rude golpe com o desaparecimento de Komeini, sistematicamente apontado como cada vez mais próximo da morte. Será assim?

Komeini tem apoiado as forças democráticas, as reivindicações dos trabalhadores e camponeses; fez afastar do poder muitos traidores. Por isso não está só, por isso conta com o apoio dos que querem construir uma sociedade mais justa no Irão — disse Mohammad Reza, concluindo: O seu desaparecimento poderá trazer problemas, mas não impedirá a Revolução.

VIETNAME

Defesa e produção são tarefas fundamentais

«Sinto-me feliz por ter podido vir à festa do 'Avante!' — declarou-nos o camarada Mai Xuan Canh, do «Nhan Dan», órgão do Partido Comunista do Vietnam — tocou-me em particular o comício. O entusiasmo de massas, a unidade, o espírito de combate que aí se vivia. Fez-me lembrar a atmosfera que reinava entre nós, 1945, quando todo o povo se ergueu contra o domínio francês e japonês. Ressalta aqui a força do PCP, o seu carácter de massas».

— Qual o balanço do vosso congresso sobre a actual situação do país?

— No balanço de cinco anos feito pelo Congresso, ressalta uma questão central para o nosso povo — a questão da Paz. Infelizmente há, a política de hostilidade de Pequim, política de sabotagem em todos os aspectos: político, económico, social, ideológico e militar. Política com um carácter expansionista e hegemónica, visando impedir o restabelecimento do Vietnam, pois um Vietnam independente e próspero pode barrar o caminho às pretensões hegemónicas da China. E a que se somam esforços visando o nosso isolamento, a sabotagem do diálogo com os países da região.

Estamos certos, apesar disso, que o diálogo é uma tendência que supera a confrontação, tendência irreversível, no interesse de todos os países da zona.

No plano económico e social a primeira grande vitória: conseguimos superar quase totalmente, as sequelas da guerra. Isto é particularmente importante em relação ao Sul, onde a droga, a prostituição, o desemprego, constituíram graves problemas sociais. Para resolver o problema do desemprego e simultaneamente desenvolver a economia nacional, foram criadas as novas zonas económicas, onde se organizaram cooperativas agrícolas, e que hoje praticam uma agricultura intensiva. No Norte consolidou-se o sistema socialista de relações de produção.

Actualmente a economia nacional funciona como um todo. Não queimamos etapas, temos em conta a realidade nacional. Graças a esta política foi possível, apesar das calamidades nacionais, garantir a satisfação das necessidades de base de toda a população.

— Que problemas en-

frenta actualmente o povo vietnamita?

— Naturalmente, nem tudo são êxitos. Por exemplo: a indústria do sul estava particularmente dependente dos EUA. Com o fim dos fornecimentos de matérias primas como algodão, metais e também de peças sobressalentes, ficámos com várias fábricas paradas.

Uma outra questão, que nunca é demais relembrar: 14 milhões de toneladas de bombas foram lançadas sobre território vietnamita (mais do que em toda a segunda guerra mundial, no território europeu). As armas químicas foram também utilizadas. Foram vivemos ainda as consequências destes factos ainda tão recentes. Nas terras devastadas. E até no nascimento de crianças deformadas.

Por outro lado, o Congresso assinalou as dificuldades que enfrentamos também por razões de ordem subjectiva, por erros de orientação a nível político e económico.

Concretamente, criticou-se uma orientação voluntarista a nível económico, com excessivo acento na indústria, nas grandes construções, que absorvem excessivas quantidades de crédito, e menosprezo da indústria ligeira e da agricultura, sabendo que responderam directamente às necessidades da vida corrente.

Fizemos igualmente a nossa autocritica no que respeita ao estilo de trabalho a nível estatal, evitado de burocracia e de autoritarismo, registando-se simultaneamente alguns casos — poucos embora — de corrupção. Formas de alienação que o Partido Comunista do Vietnam, pela sua própria natureza, não pode tolerar.

Uma outra questão: a gestão económica. A sua forma administrativa, em que tudo era determinado a nível estatal, do princípio ao fim do ciclo económico, não estimula-



va o aumento de produtividade. Não correspondia por outro lado ao princípio do socialismo «a cada um segundo o seu trabalho», antes reflectindo um igualitarismo próprio do espírito pequeno-burguês.

O Congresso pôs a claro estes defeitos, apontando o caminho para a sua superação.

— Que formas assume a nova gestão económica?

— O novo plano quinquenal dá particular atenção à agricultura e à pequena indústria, visando a melhoria das condições de vida dos trabalhadores.

As novas formas de gestão económica, chamamos no vietnam «Khoan». No fundamental, «Khoan» significa formas de fomentar o empenhamento individual — mas não individualista — dos trabalhadores nos resultados do seu trabalho. Por exemplo: são determinadas normas de produção; o que for produzido para além de tais normas é pertença dos próprios trabalhadores, não se atingindo as normas previstas, é necessário cobrir a diferença.

Estas novas disposições já estão a dar os seus resultados, particularmente sensíveis na agricultura. Com o que ganha o Estado, ou seja, todos nós, e cada trabalhador ou colectivo individualmente considerados.

— Qual o peso das necessidades de defesa que vos são impostas na eco-

nomia nacional?

— Consideramos neste momento como estratégicas duas tarefas fundamentais: a construção do socialismo e a sua defesa, a defesa nacional, a defesa das conquistas alcançadas.

Em 1975, em vésperas da vitória final, pensávamos que não haveria novamente guerra. As agressões armadas que nos foram movidas pela direcção de Pequim provaram o contrário. Continuamos hoje ainda ameaçados. Em resumo, apesar da paz — paz relativa — não podemos dormir sobre os louros. Impõe-se vigilância para fazer face a qualquer eventualidade. Pelo que é para nós uma necessidade vital possuir um Exército Popular moderno, regular, bem aparelhado, que garanta a defesa eficaz do país.

Claro que isto tem reflexos assinaláveis a nível económico. É um milhão de braços a menos na produção — e braços da juventude. Quinhentas mil bocas a mais a alimentar (sem que produzam).

É de facto um grande peso, mas também um sacrifício necessário. Tal como os comunistas e os trabalhadores aqui em Portugal, também nós estamos dispostos a fazer os sacrifícios que se imponham para defender as nossas conquistas revolucionárias. E como afirmou Ho Chi Minh, «nada há de mais precioso que a independência e a liberdade».

EL SALVADOR

“O nosso povo tem sabido resistir, combater e desenvolver sempre a luta”

«A possibilidade de uma agressão directa dos Estados Unidos ao nosso país, não está afastada, apesar dos obstáculos que se lhe levantam. A agressividade da política norte-americana, as suas pretensões de hegemonia e de domínio mundial, apontam nesse sentido. Trata-se de uma orientação política por parte do imperialismo, que pressupõe entretanto uma grande subestimação da luta do nosso povo, da sua capacidade de resistência e afirmação» — esta uma questão fulcral — e não só para a América Central — que nos foi destacada pelo camarada Herbert Mengivar, de El Salvador, que já esteve entre nós no passado 1.º de Maio.

Começamos a nossa entrevista pelo «ponto político» de El Salvador.

— Qual a situação actual no país?

— Uma primeira questão: as eleições montadas pelos Estados Unidos — e cujo objectivo era criar um espaço político de manobra que permitisse legalizar uma intervenção mais directa — falharam. Os seus resultados não corresponderam aos planos de Washington. Não foi a Democracia Cristã que saiu reforçada, mas a extrema-direita. Novas contradições surgiram entre a classe do-

minante. Registou-se uma polarização entre forças internas dessa classe.

Na verdade os diferentes sectores em que se divide — e degladia — a classe dominante, defendem a mesma saída da crise: a via militar ou, mais concretamente falando, a via do genocídio. Entretanto a extrema-direita recusa a fachada de reformas, importante como cobertura para uma mais directa intervenção norte-americana.

— E que solução encontraram os norte-americanos para esta

inesperada «violação» dos seus planos?

— Os EUA, muito directamente, impuseram o nome de Magane para a presidência. Magane é um indivíduo da confiança de Washington, durante muitos anos vinculado à banca e ao comando do Exército, e que participou em muitas decisões do comando militar.

Mas esta interferência tão directa criou um certo mal estar, mesmo entre a extrema direita. Por outro lado, na distribuição das pastas ministeriais, as mais importantes, dentro da nossa realidade nacional, como o são as da Agricultura e Pecuária, Comércio Externo, Economia, ficaram nas mãos da extrema direita.

— Que formas assume a intervenção norte-americana?

— Os Estados Unidos têm tentado, através de vários meios, justificar a intervenção militar para impedir o processo de libertação dos povos da América Central. Nesse sentido têm utilizado organizações regionais ou, pura e simplesmente os seus «marines».

Mas acontecimentos vários a nível internacional — e mais recentemente o caso das Malvinas — conduziram a uma perda de influência e controlo, mesmo sobre organizações criadas pelo próprio imperialismo — fechando-se assim algumas das possibilidades de intervenção contra os nossos povos.

Assim os Estados Unidos estão a tentar comprometer de forma mais directa exércitos latino-americanos, como o das Honduras e da Guatemala. No que deifronta com

uma série de dificuldades: também aí a luta popular revolucionária avança a grandes passos.

— Falando um pouco da vossa luta em El Salvador...

— A chegada dos fascistas ao controlo do poder fechou todas as portas a negociações. Isto apesar das manobras destinadas a confundir a opinião pública, em que se afirma por exemplo que, negociar não, mas dialogar sim...

Isto quer dizer que a estratégia actual dos EUA se centra no campo militar e visa a destruição da nossa base social, do próprio meio natural, da economia nacional. Entretanto, as unidades militares, formadas nos Estados Unidos, têm sofrido rotundas derrotas. Dois exemplos apenas.

Há bem pouco tempo, a unidade operacional Ramon Belloso sofreu mais de 550 baixas, entre mortos e feridos. Foram capturados 14 elementos, incluindo dois oficiais, apressado um helicóptero e aprisionado o vice-ministro da Defesa, Adolfo Castillo.

Em Abril e Maio registaram-se grandes êxitos militares da FMLN. Conseguiram-se capturar a maior quantidade de armamentos desde que se iniciou a ofensiva o ano passado, e foram destruídos muitos postos militares.

Podemos dizer, em conclusão, que as nossas unidades militares e o nosso povo têm sabido enfrentar o inimigo nos momentos e situações mais difíceis, resistindo, combatendo e desenvolvendo sempre a sua luta.

ETIÓPIA

Um trabalho de base na criação do Partido

A revolução etíope que em 12 de Setembro de 1974 derrubou o imperador Selassie culminou em 3 de Fevereiro de 1977, após uma intensa luta interna pelo poder, e várias tentativas direitistas para desviar o curso do movimento popular de renovação, com a vitória deste, sob a chefia do coronel Mengistu Hailé Mariam, líder do sector revolucionário, actual presidente do Conselho Militar Provisório (DERG) e do Conselho de Ministros.

A opção socialista do governo da Etiópia, que se definiu como marxista-leninista, implica necessariamente a criação de um partido de massas, até à data inexistente no país. Foi do trabalho que está a ser desenvolvido nesse campo que falou Fikre Mariam Dsehal, o representante etíope que esteve na Festa do «Avante!».

Segundo o camarada Dsehai, depois de estudadas as várias formas possíveis para levar a cabo tão importante tarefa, foi decidido criar, há cerca de dois anos, uma Comissão específica para a formação do Partido dos trabalhadores da Etiópia.

Essa Comissão, afirmou, tem vindo a desenvolver uma intensa actividade na organização popular, designadamente na criação de Associações de Juventude e de Mulheres a nível nacional.

As organizações já existentes, como a Central Sindical da Etiópia, a Associação Camponesa (que em 1978 contava com nove milhões de membros, número impressionante num país em que mais de 80 por cento dos doze milhões e meio de habitantes que constituem a população economicamente activa se dedicam à agricultura), as Associações de Moradores, as Associa-

mente na criação de Associações de Juventude e de Mulheres a nível nacional. A reorganização recente da Comissão Nacional de Camponeses, a organização dos trabalhadores de outros sectores de actividade, o fomento de cooperativas agrícolas e outras (existem cerca de 900 no país), constituem já um amplo movimento de



A construção do futuro socialista já começou na Etiópia

massas susceptível de criar as bases indispensáveis à formação do Partido.

Um Partido, como salientaria o camarada Fikre Dsehai, que não se prentende impôr de cima para baixo mas antes fazer surgir como resultado de um profundo debate a todos os níveis e sectores da população. Um Partido que terá de ser uma resposta às necessidades populares.

As organizações já existentes, como a Central Sindical da Etiópia, a Associação Camponesa (que em 1978 contava com nove milhões de membros, número impressionante num país em que mais de 80 por cento dos doze milhões e meio de habitantes que constituem a população economicamente activa se dedicam à agricultura), as Associações de Moradores, as Associa-

ções de Juventude e de Mulheres são o resultado desse debate, são o fruto da necessidade de salvaguardar as conquistas da revolução etíope, a clara manifestação do desejo de a defender e da vontade de empenhar todos os esforços na construção da nova sociedade.

Esta disposição popular, diria ainda o camarada Dsehai, é tanto mais importante quanto

é certo que a Etiópia continua a ter de enfrentar as pressões e conspirações das potências ocidentais com interesses estratégicos na região, para além da oposição interna das forças direitistas agrupadas na União Democrática Etíope e do Partido Revolucionário do Povo Etíope, esquerdista.

Importante também, afirmou, para resolver os nossos problemas internos, que vão desde a grande batalha contra o analfabetismo à mudança das formas de produção. Nacionalizámos a terra, a banca e as principais indústrias de capital estrangeiro; as relações de produção mudaram. Temos agora de modificar as próprias formas de produção, que sobretudo no campo são ainda arcaicas, modernizando-as e racionalizando-as de forma a obter cada vez melhores resultados.

Não é fácil o futuro que queremos construir, mas o nosso povo tem um «espírito guerreiro». Como afirmamos sempre que há qualquer tentativa de agressão ao nosso país, a Etiópia não será um segundo Chile, mas poderá ser um segundo Vietnam que resistiu e continua a resistir, vitorioso.



Internacional



LÍBANO

a maior infâmia do sionismo

vel para poderem arrastar a guerra até ao solo da Jordânia, apresentada como pátria alternativa dos refugiados palestinos.

«Uma nova ordem» no Médio Oriente?

Se de alguma coisa não se pode acusar o triunvirato Begin-Sharon-Eytan (primeiro-ministro, ministro da Defesa e chefe do Estado-Maior) é de falta de clareza nas suas declarações. As suas intenções foram por diversas vezes tomadas públicas, chegando mesmo o ministro da Defesa a afirmar que a invasão do Líbano começou a ser preparada desde a sua nomeação, há cerca de um ano. Tal como afirmou, três semanas antes da invasão, que «se os palestinos fossem enfraquecidos militarmente (no Líbano) a relação de forças no Líbano alterar-se-ia. Só uma operação militar, mais nada, pode produzir essa alteração».

Donde se pode concluir que o governo israelita planeou todos os passos para a aplicação do seu plano. Um plano de loucos, sem dúvida, mas que está a ser posto em prática e que só poderá ser impedido pela acção conjunta das forças que não desejam tornar-se satélites da política americano-israelita, países dependentes da «nova ordem» que o imperialismo procura para a região.

É certo que Israel não contava com a oposição interna que a guerra no Líbano está a provocar, quer na população civil quer mesmo no meio militar. Como não deveria estar à espera de tanta capacidade de resistência dos guerrilheiros palestinos. O que não só dificulta a decisão de avançar para o genocídio final de Beirute — onde libaneses

e palestinos não serão os únicos a morrer —, como também agrava o desgaste psicológico provocado pelo impasse de espera.

Um desgaste a que os soldados israelitas são tanto mais permeáveis quanto cresce a consciência de que o que está em jogo não é a defesa de Israel mas a aniquilação de um povo.

Como afirmava recentemente em Jerusalém o professor Leibovitz «nós fizemos já o que Hitler fez ao longo dos seis primeiros anos do seu reinado». Para ele, esta guerra não é senão um prelúdio: «Três milhões de judeus dominam hoje quatro milhões de árabes (incluindo os do Líbano); as guerras vão continuar e, com elas, o processo de corrupção e de apodrecimento interno da sociedade israelita».

A preocupação instala-se pois no seio da própria sociedade israelita; e não são poucos os que se interrogam em Israel se, à força de provocar o ódio, esta guerra não irá reflectir-se internamente provocando sabe-lá que situações.

As ameaças sionistas de não esperar mais por acordos políticos, as intransigências declaradas quanto às propostas palestinas; a presença norte-americana nas águas libanesas; o receio dos países árabes em receber a OLP; a oposição que cresce em Israel em relação à guerra, são peças de um puzzle que está a ser composto por forças antagónicas. De um lado, os defensores da «nova ordem» no Médio Oriente; do outro, os povos que lutam pela independência, pela paz, pelo direito à pátria.

O resultado final poderá não estar longe. Resta saber qual será o seu peso no futuro da Humanidade que em relação à causa palestina não se poderá dar ao luxo de lavar as mãos.

Fomentar a guerra impedir a Paz

— a política dos EUA

«A acumulação de armas, particularmente de armas nucleares, constitui hoje em dia muito mais uma ameaça que uma protecção para o futuro da humanidade. Chegou pois o momento de pôr fim a esta situação, de abandonar o uso da força nas relações internacionais e procurar a segurança no desarmamento, ou seja, através de um processo gradual mas efectivo que comece por uma redução do actual nível de armamentos» — são palavras e propósitos aprovados na sessão especial da ONU pelo Desarmamento realizada em 1978 e assim inseridos no documento final. A segunda sessão extraordinária das Nações Unidas para o desarmamento, realizada em Nova York de 7 de Junho a 9 de Julho, acaba de terminar, há poucos dias, sem que nenhum programa de desarmamento tenha sido aprovado. Porquê?

Não foram poucas as propostas apresentadas na Assembleia, visando o objectivo central da sua realização — o desarmamento. A União Soviética comprometeu-se a não ser o primeiro país a utilizar a arma nuclear. Propôs o congelamento dos armamentos nucleares ao nível actual e a proibição total de armas químicas. Dois documentos foram apresentados pela URSS à análise da Sessão da ONU: o memorando sobre as posições de princípio e as propostas mais importantes para limitação da corrida aos armamentos e o projecto «Principais Teses da Convenção sobre a Proibição da Elaboração, Produção e Acumulação de Stocks da Arma Química e a sua Liquidação».

O México e a Suécia apresentaram um projecto de resolução onde se pede o congelamento imediato dos armamentos nucleares dos Estados Unidos e da União Soviética, como primeiro passo para um programa de desarmamento. Também a Índia apresentou um projecto semelhante, de par com um texto sobre «prevenção da guerra nuclear», de iniciativa comum com o México. Outras propostas concretas visando a paz e o desarmamento foram apresentadas ao longo dos trabalhos da Assembleia por diversos países nela representados.

Entretanto, o único resultado prático da Conferência parece ser a definição dos princípios básicos de uma campanha mundial de desarmamento que deverá ser promovida pelas Nações Unidas.

Reagan contra a paz

As razões desta situação não são difíceis de encontrar.

Tendo embora iniciado o seu discurso na ONU com as prometedoras palavras: «Vim com os votos cordiais de paz do meu povo», o presidente Reagan utilizou mesmo um *forum* destinado ao desarmamento para repetir a sua ofensiva anticomunista e anti-soviética, atacando não só a URSS e a comunidade socialista no seu conjunto, como o movimento de libertação a nível mundial, identificado com a «ingenuidade de Moscovo». Quanto às chamadas «propostas de paz», basta dizer que, se tais propostas fossem aprovadas o potencial estratégico soviético (quanto ao número de ogivas) seria três vezes inferior ao americano.

Por outro lado, se é verdade que se registam diferenças na política externa dos vários países que integram a NATO, o resultado prático dessas diferenças, aliás ligadas à luta de massas na Europa contra a corrida aos armamentos, a nível de política global dessa aliança militar, é para já nulo. E enquanto se registam afirmações, como por exemplo uma de Willy Brandt, de que, do ponto de vista europeu, «quaisquer pretensões de alcançar a superioridade militar, bem como quaisquer esforços com vista a arruinar a outra parte através da escalada dos gastos com a defesa, são tão irrealistas como perigosos», continuam de pé os perigosos projectos de implantação de novos mísseis nucleares norte-americanos na Europa.

Corrida aos armamentos e guerras locais

Não se pode desligar uma política claramente orientada para a corrida aos armamentos e a — impossível — obtenção da superioridade militar, de uma orientação visando expressamente o fomento de tensões em diversas regiões do mundo e o proliferar de guerras locais. Digamos que nem mesmo o imperialismo esconde essa íntima ligação.

Algumas afirmações e factos devem fazer-nos pensar.

Em Londres, como posteriormente em Nova York, na sede da ONU, o presidente norte-americano anunciou a «cruzada» anti-soviética, «Cruzada» que abarca, como foi explicitamente anunciado, todo o movimento de libertação e a luta de massas a nível mundial. Haig, afirmou, ainda na sua qualidade de secretário de Estado, que os Estados Unidos devem «apoiar vigorosamente as forças democráticas onde quer que se localizem, inclusive nos países que agora são comunistas. Não devemos hesitar na divulgação dos nossos valores». De que forças democráticas e de que valores se trata, não é difícil concluir.

Mas há mais, e talvez ainda mais grave, porque se trata de planos e não de tiradas oratórias. No fim do mês de Maio o «New York Times» divulgou conclusões de um documento do Pentágono, em que se afirma que a estratégia de confrontação global com a União Soviética



prevé uma guerra simultânea em diferentes regiões do mundo. Por outro lado, o general Rogers, comandante supremo das Forças Armadas da NATO na Europa, afirmava que «a NATO terá muito a aprender com o conflito britânico-argentino (...), temos de examinar as lições que recebemos, avaliá-las e aplicá-las no futuro». O que não pode deixar de significar a utilização da força militar para impor «soluções» do interesse do imperialismo.

Uma orientação «teórica» que se coaduna muito bem com a presença de cinco navios da 6.ª esquadra norte-americana, com mil e oitocentos fuzileiros, nas costas do Líbano. Com os fornecimentos de armas e todo o apoio económico e diplomático à África do Sul, contra a Namíbia, contra Angola, contra os Esta-

dos progressistas de África. Ou ainda com o auxílio militar ao governo de El Salvador, obstáculo fundamental à institucionalização da democracia neste país mártir.

São grandes os perigos que esta política acarreta. Por isso mesmo cresce o movimento de massas contra a política imperialista, contra a corrida aos armamentos. Por isso, no Outono passado três milhões de pessoas na Europa Ocidental protestaram nas ruas contra os planos de implantação de novas armas nucleares norte-americanas na Europa. Em 12 de Julho, dois milhões de americanos — em Nova York, São Francisco, Los Angeles, Chicago e outras cidades — participaram numa manifestação contra a corrida aos armamentos, contra o suicídio nuclear.

Thatcher contra os ferroviários

«Batemo-nos por algo mais do que as oito horas, batemo-nos pela sobrevivência de um sindicalismo forte no seio dos caminhos-de-ferro» — escreve o sindicato dos ferroviários britânicos em carta aos seus aderentes (cerca de 24 mil). Na verdade, a luta que hoje travam os ferroviários pela não alteração dos seus horários de trabalho insere-se, como outras lutas de trabalhadores que ultimamente têm registado um ascenso na Grã-Bretanha, numa mais vasta batalha pela defesa dos seus interesses mais directos, como também contra uma política que visa cercar os direitos sindicais.

O exemplo do que se está a passar com os ferroviários britânicos é esclarecedor. A direcção da «British Rail», empresa dos caminhos de ferro, tentou opor ao horário em vigor de 8 horas um horário flexível, que oscilaria entre as 7 e as 9 horas. Isto abertamente contra a vontade dos trabalhadores ferroviários. O sindicato decreta greve. A direcção da «British Rail» pretende fazer face ao protesto operário de forma «radical», ou seja: o encerramento total da rede, com o despedimento de mais de 200 000 trabalhadores ou o despedimento dos 24 mil filiados no sindicato. Os despedidos só seriam reconstruídos através de uma aceitação individual dos novos horários de trabalho. Estas opções têm o total acordo de Margaret Thatcher.

Um método de «diálogo» que nos faz recordar a forma a que o presidente Reagan recorreu face à luta dos «aguiheiros do céu». Identidade de processos que naturalmente não pode surpreender ninguém. E que se evidenciam quer pelo seu carácter repressivo, quer ainda pelo conteúdo anti-sindicalista. Pretende-se assim anular o papel dos sindicatos, seguindo-se a técnica de «dividir para reinar». O objectivo é lidar com trabalhadores não organizados, temerosos do espectro do desemprego, contratados a nível estritamente individual.

Só que as coisas não são tão simples como o governo britânico o desejaria. A greve dos ferroviários britânicos, que já se arrasta há mais de duas semanas, conta com a solidariedade crescente de trabalhadores de outros sectores, em particular do poderoso sindicato dos mineiros e da central sindical britânica, TUC. Conta igualmente com o

apoio de dirigentes trabalhistas. Um mesmo exemplo de solidariedade que se registou quando da greve dos trabalhadores dos serviços da saúde, em Junho, greve com que se manifestou a solidariedade dos mineiros, empregados dos serviços de água e gás, operários dos estaleiros navais.

O governo conservador enfrenta aliás uma outra ameaça de greve de um sector muito importante na economia britânica — os mineiros. O NUM, sindicato que representa 200 mil mineiros, reivindica aumentos salariais de 23 a 31 por cento. As negociações deverão estar concluídas até Novembro, sem o que se admite a possibilidade de convocação de uma greve.

O claro ascenso de lutas de trabalhadores que se tem vindo a verificar este ano na Grã-Bretanha tem razões muito objectivas. Apenas alguns dados. Vinte e dois milhões de operários e empregados viram os seus rendimentos reduzidos em mais de quatro por cento nos primeiros três trimestres do ano passado. O número de desempregados mais que duplicou com o governo de Thatcher, tendo ultrapassado os três milhões, o que corresponde a 12,4 por cento da população activa. Segundo o «Financial Times», uma família inglesa, descontados os impostos e outros pagamentos, conta hoje com um rendimento inferior em 5,5 por cento ao que auferia no ano em que os conservadores chegaram ao poder.

A somar à degradação das condições de vida, e como condição para um ainda maior agravamento dessas condições, o governo de Thatcher conduz uma verdadeira guerra contra os sindicatos. Guerra em que a arma do desemprego é particularmente utilizada, como forma de pressão. Guerra que inclui também uma legislação especial, que prevê uma maior restrição da utilização da greve pelos trabalhadores e outras formas de enfraquecimento da posição dos sindicatos frente ao patronato. Nesse sentido se prepara, para a adopção pela Câmara dos Comuns, em Novembro, a «lei do emprego», que o TUC considera anti-sindical.

As lutas de trabalhadores que se têm registado actualmente na Grã-Bretanha, constituem uma forma de oposição a essa legislação especial.

«Gostaria que se convidassem a vir aqui os habitantes da Galleia, em nome dos quais semeámos a destruição e a ruína. Eles que nos digam se tudo isto era necessário: até os soldados sabem que qualquer coisa de imoral acompanha esta guerra».

As palavras são do poeta israelita Haim Hefer, que assim comentava em 18 de Junho os bombardeamentos às cidades de Tyr e de Saída. Um mês depois, quando Beirute é já um monte de ruínas e o número de vítimas provocado por Israel ultrapassou a dezena de milhar (para só falar nos mortos), quando cada hora que passa pode significar mais um passo no que se convencionou chamar o «assalto final» sobre Beirute, que dizer desta guerra?

A resposta há muito que se fez ouvir em Israel pela voz de quantos mantêm a lucidez suficiente para reconhecer «que esta guerra ficará durante muitos anos como uma marca de infâmia no rosto do sionismo... O que fizemos no Líbano é, no plano moral, o acto mais ignóbil já jamais cometido pelo movimento sionista».

Independentemente de qual vier a ser o desenlace da sangrenta agressão israelita no Líbano, parece já claro que uma vitória militar sionista está condenada a uma estrofanosa derrota política. Ninguém deseja assumir a responsabilidade de pactuar de algum modo com o genocídio dos resistentes de Beirute. E não deixa de ser curioso assinalar que a iniciativa da administração Reagan de enviar para o Líbano uma esquadra

destinada a uma hipotética evacuação dos guerrilheiros palestinos, tenha levantado nos Estados Unidos veementes protestos e sérias apreensões.

A memória do Vietnam continua viva na consciência americana, por mais tentadoras que sejam as possibilidades de alargar ao Médio Oriente as posições estratégicas norte-americanas.

O aviso solene da URSS a Ronald Reagan para que pondere bem todas as implicações de uma intervenção directa americana no Líbano, sabendo-se como se sabe que a União Soviética não costuma falar em vão, representa um dado importante no quadro político em que neste momento se procura decidir o futuro do Líbano e dos palestinos.

Um futuro para que os países árabes da região terão de estar alertados, se não querem permitir que Israel leve a cabo o plano anunciado pelo general Sharon aquando da sua visita aos Estados Unidos, onde não teve pejo em falar de «um Líbano cristão, uma Cisjordânia israelita e uma Jordânia palestina». O que significa que, apesar das declarações solenes do governo israelita de que não atacaria a Síria, não só sonham em vibrar um golpe mortal nas forças sírias como o consideram indispensá-

Conferência Internacional de Solidariedade com os Estados da Linha da Frente realiza-se em Janeiro

A realização da Conferência Internacional de Solidariedade com os Estados da Linha da Frente foi adiada para Janeiro de 1983. Esta uma informação divulgada aos órgãos de informação em conferência de imprensa presidida pelo tenente-coronel Vítor Alves, porta-voz do Conselho da Revolução, na sua qualidade de presidente da Comissão Internacional Preparatória da Conferência e que contou com a presença de representantes diplomáticos em Portugal de Angola, Moçambique, Zâmbia, Nigéria, representantes do SWAPO e do ANC, Sílvas Corqueira, secretário do executivo do ICISA (Comité Internacional Contra o Apartheid, o racismo e o colonialismo na África Austral), e ainda diversos membros da Comissão Nacional Preparatória da Conferência.

No encontro com a imprensa foi destacada a grande importância da reunião que se vai realizar em Janeiro em Lisboa, cujos objectivos fundamentais, como se afirma no Memorando, são, por um lado, «sensibilizar e mobilizar a opinião pública para a acção da comunidade internacional com vista — ao termo das agressões do regime do

Apartheid contra a independência e a soberania dos Estados da Linha da Frente; à independência da Namíbia; à eliminação do sistema desumano do apartheid; e à implementação das resoluções relevantes das Nações Unidas». Por outro lado, «a Conferência visa contribuir para uma aproximação efectiva com os povos da África Austral, fomentando a solidariedade moral e política e a assistência humanitária aos povos da África do Sul e da Namíbia, e aos seus movimentos de libertação, ANC e SWAPO, nas lutas contra o apartheid, e suscitando o apoio político, diplomático e económico aos Estados da Linha da Frente e a cooperação internacional com os seus programas para a reconstrução, a independência e o desenvolvimento económicos».

A Comissão Internacional Preparatória utilizará o período que medeia até à nova data de realização da Conferência para prosseguir e reforçar a actividade que se vem desenvolvendo de mobilização da opinião pública internacional e ampliação dos apoios políticos e materiais aos Estados da Linha da Frente.



África do Sul: o aumento da repressão

Dez mortos e quase meia centena de feridos foi o trágico balanço dos confrontos registados a semana passada entre mineiros negros e a polícia racista da África do Sul.

Na origem dos incidentes esteve o protesto dos mineiros contra um aumento salarial de 11 por cento, considerado insuficiente pelos trabalhadores das minas de ouro numa altura em que a inflação na África do Sul atinge já os 15 por cento, e o receio de que se venham a concretizar as ameaças de encerramento de cerca de 15 minas de ouro caso as cotações deste metal continuem a balizar.

Um recelo mais do que justificado, dado que pelo menos um milhar de trabalhadores começou já a ser «enviado para casa», no seguimento dos protestos das últimas semanas.

Importa esclarecer que «enviar para casa» não passa de

um eufemismo típico do regime de apartheid, com o qual se encobre o despedimento e expulsão do trabalhador negro da região onde trabalha. Um sistema eficaz a que o governo racista não hesita em lançar mão, sempre que as reivindicações operárias ameçam os chorudos lucros da exploração da mão-de-obra negra. E quando o método se mostra pouco rápido para calar os que trabalhando nas mais duras condições mal ganham para comer, a polícia lá está pronta a matar.

O método de liquidar a oposição é de resto prática corrente na África do Sul. Seguindo um estudo recentemente divulgado no jornal sul-africano «Star», o número de enforcados no país entre meados de 1979 e meados de 1980 foi de 128 pessoas. Entre Junho de 1980 e Junho de 1981 mais 114 pessoas morreram do mesmo modo.

O aumento das condenações à morte, que assume o carácter de extermínio regular, «legalizado» de pessoas hostis ao regime, é verdadeiramente impressionante se se tiver em consideração que entre 1973 e 1974 o número de vítimas foi de 43. Ou seja, em cinco anos a repressão triplicou o número de execuções.

Importa realçar que a quase totalidade das condenações recaiu sobre cidadãos negros.

Ataque a Angola em preparação?

Após o aumento da repressão interna corresponde uma agressividade cada vez maior na política externa da África do Sul. A iminência de um ataque a semana passada pelo presidente da SWAPO, Sam Nujoma, em Genebra, não pode ser ignorada.

Segundo o dirigente da Organização de Libertação da Namíbia, que tem contado

com todo o apoio das autoridades angolanas tudo indica que o regime sul-africano está a procurar ganhar tempo para depois lançar outra agressão a Angola, como a do ano passado».

Estas manifestações de desespero do regime de apartheid — que ainda recentemente procurou associar a questão da descolonização da Namíbia com a presença das tropas cubanas em Angola — não conseguem no entanto evitar os avanços nas negociações em curso para a independência da Namíbia.

O encontro realizado a semana passada entre representantes da SWAPO e do Grupo Ocidental de Contacto — Estados Unidos, França, Grã-Bretanha, Canadá e Alemanha Federal —, em Nova York, constituiu mais um passo importante na elaboração do plano da ONU para o acesso da Namíbia à independência.